

# PREGÃO ELETRÔNICO

90001-2026

**CONTRATANTE (UASG)**  
(153166)

## OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final adequada de resíduos de serviços de saúde (RSS), gerados pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**  
R\$ 1.213.009,68

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**  
Dia 22/06/2026 às 10h (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**  
menor preço por grupo

**MODO DE DISPUTA:**  
aberto e fechado

**TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**  
SIM

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**  
NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

1.	DO OBJETO.....	3
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3.	<i>DO ORÇAMENTO ESTIMADO</i> .....	5
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7.	DA FASE DE JULGAMENTO .....	11
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	13
9.	DO TERMO DE CONTRATO .....	15
10.	DOS RECURSOS .....	15
11.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	16
12.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	18
13.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	19



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**  
**Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros**  
**Departamento de Materiais e Serviços Auxiliares - Assessoria Técnica**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº90001-2026**  
Processo Administrativo nº 23083.025912/2025-83

Torna-se público que o(a) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (*órgão ou entidade pública*), por meio do(a) Departamento de Materiais e Serviços Auxiliares sediado(a) BR 465, Km 07 – Seropédica/RJ, CEP: 23897-000, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final adequada de resíduos de serviços de saúde (RSS), gerados pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será realizada em grupo único, formado por três itens, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.2 deste Edital.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. No caso de empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.5.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

- 4.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- 4.7.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 4.7.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 4.7.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.7.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.7.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.7.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.6 ou 4.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.14.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.14.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor unitário total;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de dez centavos (0,10)*.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será



prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.20.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.22.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.22.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações

previstos nesta Lei;

6.22.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.22.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.23.1 empresas brasileiras;

6.23.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.23.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.25.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência

6.25.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.25.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.25.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.25.5 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 3 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.25.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1 Sicaf;
  - 7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
  - 7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e,
  - 7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
- 7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
  - 7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
  - 7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1 contiver vícios insanáveis;
  - 7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
  - 7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 7.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 7.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
  - 7.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 7.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 7.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos

unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

- 7.11.1 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 7.11.2 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta;
- 7.11.3 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado o contato por meio de e-mail: [casaamarela@ufrj.br](mailto:casaamarela@ufrj.br), sendo possível ainda o esclarecimento de dúvidas por meio do telefone 21 98887-4720 - Evandro da Silva Pereira Costa, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.1 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de [três HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou

exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até três horas, para:

8.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de **05** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sipac.ufrj.br/public/jsp/portal.jsf>.

## 11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;



11.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da

Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: pelos seguintes meios: [pregao\\_dmsa@ufrj.br](mailto:pregao_dmsa@ufrj.br) ou por petição dirigida ou protocolada no endereço BR 465, Km 07 – Seropédica / RJ, CEP: 23.897-000 – Seção de Pregão – Sala 21 do Prédio Principal.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://sipac.ufrj.br/public/jsp/portal.jsf>.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

13.11.1.2. Apêndice do Anexo I -Dimensionamento

13.11.1.3. Apêndice do Anexo I -Painel de Preços

13.11.1.4. Apêndice do Anexo I -Informações sobre materiais, caminhão e balança

13.11.1.5. Apêndice do Anexo I -Locais de coleta

13.11.1.6. Apêndice do Anexo I -Comprovante de coleta

13.11.1.7. Apêndice do Anexo I -Medição

13.11.1.8. Apêndice do Anexo I -Instrução de medição de resultado

13.11.2 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

13.11.3 Anexo III - Proposta Comercial

13.11.4 Anexo IV - Termo de Sustentabilidade

13.11.5 Anexo V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VÍNCULO COM A UFRRJ

- 13.11.6 Anexo VI - TERMO DE VISTORIA
- 13.11.7 Anexo VII - TERMO DE DISPENSA DE VISTORIA

*Seropédica, 1º de junho de 2026*

**[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**SERVIÇOS COM E SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, OBRAS E SERVIÇOS DE**  
**ENGENHARIA, EXCETO TIC**  
**[TAMBÉM APLICÁVEL PARA CONTRATAÇÃO INTEGRADA E SEMI-INTEGRADA]**  
**LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA**



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**  
**Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros**

**Departamento de Materiais e Serviços Auxiliares - Assessoria Técnica**

**(Processo Administrativo nº 23083.025912/2025-83)**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final adequada de resíduos de serviços de saúde (RSS), gerados pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Coleta / Tratamento Lixo – Hospitalar Grupo A, subgrupo A1.	19380	KG	27259	R\$15,88	R\$ 432.872,92
2	Coleta / Tratamento Lixo – Hospitalar Grupo A, subgrupo A2.	19380	KG	45576	R\$15,88	R\$ 723.746,88
3	Coleta / Tratamento Lixo – Hospitalar Grupo E.	19380	KG	3551	R\$15, 88	R\$ 56.389,88

### **Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

### **Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a universidade precisará diariamente dos serviços para manter seu ambiente adequado e seguro aos seus usuários e ao meio ambiente sendo a vigência plurianual mais vantajosa pois, mantendo essa contratação, garantirá melhores preços e menores custos licitatórios, sendo viável economicamente para o setor público.

### **Prazo de vigência**

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) da sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O objeto ficará dividido em 4 (quatro) etapas a saber:

- 1.6.1 Coleta: A atividade compreende o recolhimento interno dos resíduos devidamente segregados e acondicionados em embalagens compatíveis, nas unidades geradoras da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- 1.6.2 Transporte: O transporte dos resíduos devidamente acondicionados e seguros deve ser realizado em veículos apropriados, licenciados pelo órgão ambiental competente, com sistema de contenção de vazamentos.
- 1.6.3 Tratamento: O tratamento dos RSS consiste na aplicação de processo físico, térmico ou químico devidamente licenciado que promova a redução ou eliminação do risco biológico, químico ou físico.
- 1.6.4 Destinação Final: A disposição final dos resíduos tratados deverá ocorrer em local ambientalmente licenciado, observando os critérios técnicos de aterro sanitário de resíduos de serviços de saúde.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I ID PCA no PNCP: 29427465000105-0-000001/2026.
- II Data de publicação no PNCP: 07/05/2025.
- III Id do item no PCA: 1370, 1371 e 1372.
- IV Classe/Grupo – 942 – Serviços de eliminação de rejeito.
- V Identificador da Futura Contratação- 153166-43/2026

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. A descrição dos requisitos de sustentabilidade encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **Subcontratação**

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **40%** (quarenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.3. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.3.1 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: Coleta dos resíduos de saúde.

4.3.2 Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.3.3 É permitida a subcontratação das demais etapas: Transporte, Tratamento e Destinação Final.

4.3.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.4. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.5. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

### **Garantia da contratação**

4.7. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 03% (três por cento) do valor anual da contratação.

4.8. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.8.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.8.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.8.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.8.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.8.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante

de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.9. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.12. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.12.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.13. *A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:*

4.13.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.13.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.13.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.14. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.16. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.17. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.18. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.18.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.18.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.19. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização,



acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.19.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.19.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.20. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.21. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.22. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.23. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

#### **Vistoria**

4.24. Não há obrigatoriedade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.25. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **08:00** horas às **16:00** horas.

4.26. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.27. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.27.1 Para o agendamento da vistoria a empresa deverá realizar o contato por meio de e-mail: [casamarela@ufrj.br](mailto:casamarela@ufrj.br), sendo possível ainda o esclarecimento de dúvidas por meio do telefone 21 98887-4720 - Evandro da Silva Pereira Costa

4.28. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.29. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. *A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:*

5.1.1 Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias da assinatura do contrato.

5.1.2 São considerados resíduos de saúde aqueles resultantes de atividades relacionadas à assistência à saúde humana ou animal, incluindo laboratórios, necrotérios, serviços de coleta de sangue, entre outros.

5.1.3 A equipe padrão para execução da coleta e o transporte dos resíduos de saúde será constituída de 01 (um) motorista e 01 (um) ajudante coletor, podendo a CONTRATADA utilizar equipe com composição diferente do padrão que não seja menor que a determinada neste parágrafo, desde que não afete a qualidade e preços dos serviços prestados e seja aprovada pela gestão da UFRJ.

5.1.4 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.5 A contratada terá um prazo de 03 (três) dias **úteis** após a assinatura do contrato para elaborar Plano de rota de acordo com os locais descritos no anexo “LOCAIS DE COLETA”

5.1.6 A contratada terá um prazo de 05 (cinco) dias corridos após a assinatura do contrato para disponibilizar os materiais descritos no anexo “INFORMAÇÕES SOBRE MATERIAIS, CAMINHÃO E BALANÇA.”

5.1.7 Cronograma de realização dos serviços:

5.1.8 Etapa ... Período / a partir de / após concluído ...

5.1.8.1. Será coletado **01 (uma) vez na semana** – exceto aos fins de semana – os resíduos referentes aos **prédios de aulas, laboratórios, hospital** e demais solicitados a partir das 8:00, não podendo ser realizada no período noturno. Locais demarcado no anexo “LOCAIS DE COLETA”.

5.1.8.1.1. A execução de serviços em dias de feriados e de ponto facultativo, não implicará em custo adicional.

5.1.8.1.2. A contratada deverá elaborar um Plano de rotas para atender as exigências acima, sendo necessário aprovação da gestão, de acordo com a frequência e os prédios indicadas no anexo “LOCAIS DE COLETA”.

5.1.8.1.3. A gestão deverá aceitar ou recusar o Plano de rotas em 24h, para que as alterações sejam feitas, caso necessário, no dia anterior ao início da coleta.

5.1.8.1.4. O cronograma de coleta, durante a execução do contrato, poderá ser alterado pela fiscalização do contrato em função de alterações na rotina interna da instituição. Caso isso ocorra o gestor da UFRRJ notificará formalmente a contratada previamente;

5.1.8.1.5. A contratada poderá solicitar alteração do cronograma descrito acima, respeitando a frequência indicada nos locais, informando formalmente a gestão, sendo necessário sua aprovação.

5.1.8.1.6. Em caso de impossibilidade pontual de coleta, poderá ocorrer no próximo dia, sendo obrigatório a comunicação imediata a gestão, informando a impossibilidade de coleta, o motivo e o próximo dia que está deverá ocorrer.

## **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

5.2.1 UFRRJ, Campus de Seropédica - Km 07, Zona Rural, BR-465, Seropédica - RJ, 23890-000

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.3.1 Poderá ser coletado das 8:00 às 16:00;

## **Rotinas a serem cumpridas**

5.3.2 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.3.3 A contratada deverá seguir a forma de coleta determinada nos instrumentos da contratação e sobretudo a legislação vigente aplicável.

5.3.4 A contratada deve enviar por e-mail informado com no mínimo 1 dia de antecedência da coleta:

5.3.4.1. Placa do caminhão;

5.3.4.2. última vistoria válida do caminhão, no caso de ser um diferente do apresentado na licitação;

5.3.4.3. identificações dos coletores e a CNH do motorista.

5.3.5 Com o veículo devidamente abastecidos de combustível e com sua equipe, deverão executar a rota preestabelecida no plano de rotas, de acordo com o dia da semana.

5.3.6 Durante a coleta todo o resíduo deve ser pesado e identificado no comprovante de coleta com as seguintes informações:

5.3.6.1. Setor;

5.3.6.2. Data;

5.3.6.3. Nome acompanhante do setor;

5.3.6.4. CPF/SIAPE;

5.3.6.5. Tipo;

5.3.6.6. Peso;

5.3.6.7. Assinatura.

5.3.7 No fim da rota o motorista deve se encaminhar até o setor com a pessoa responsável a emitir o Manifesto de Transporte de Resíduo (MTR) e emitir os 2 tickets com o peso final contendo.

5.3.7.1. PESO TOTAL;

5.3.7.2. DATA;

5.3.7.3. TIPO;

5.3.7.4. HORA DE EMISSÃO.

5.3.8 Deverá entregar o comprovante de coleta e um dos tickets assinados pelo motorista e após será emitido o MTR.

5.3.9 Entende-se que o MTR deve ser emitido sempre que houver coleta e ao final deve ser entregue ao motorista.

5.3.10 A contratada deve relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do serviço e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender;

5.3.11 Todas as comunicações deverão acontecer maneira formal utilizando preferencialmente os meios eletrônicos.

5.3.12 A contratada deve responder pelos danos causados diretamente a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE.

5.3.13 A CONTRATADA deverá executar a coleta independente do pavimento das vias de acesso serem asfaltadas ou não;

5.3.14 O descarte dos resíduos far-se-á em local conforme exigido em legislação aplicável, sendo expressamente proibidos garimpagem, separação e outra destinação pela equipe da coleta ou por terceiros.

5.3.15 São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos:

5.3.15.1. - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

5.3.15.2. - lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

5.3.15.3. - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

5.3.15.4. - outras formas vedadas pelo poder público.

5.3.16 A contratada deve substituir qualquer colaborador ou equipamento que impossibilite a boa execução do serviço;

5.3.16.1. A contratada deve comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data da coleta, os motivos que impossibilitem a substituição do veículo; funcionários; ou outro fator, com a devida comprovação;

5.3.17 Demais formas de trabalho poderão ser ajustadas entre as partes, durante a execução contratual, guardando a correlação necessária com toda a legislação aplicável.

5.3.18 Dos Coletores:

5.3.18.1. Para a prestação do serviço será exigido que o prestador se apresente devidamente identificado, uniformizado e usando todos os equipamentos de proteção individual, bem como cumprindo os requisitos da legislação vigente.

5.3.18.2. Os uniformes devem ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças de acordo com o clima da região, sem qualquer repasse de custos para o empregado.

5.3.18.3. Caso algum dos coletores não esteja apto (por embriaguez e/ou enfermidades), por atrasos ou por má conduta, não sendo possível o exercício da função, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para substituição imediata dos seus colaboradores.

5.3.18.4. A equipe coletora deverá apanhar e transportar os recipientes com cuidado para não os danificar. Quando do uso de sacos plásticos, evitar o rompimento e o espalhamento de resíduo nas vias, os quais, quando expostos por queda deverá a equipe tomar as medidas cabíveis.

5.3.18.5. Zelar pela limpeza dos locais da UFRRJ, nos quais forem rota do caminhão.

5.3.19 Do Motorista

5.3.19.1. Para a prestação do serviço será exigido que o prestador se apresente devidamente identificado, uniformizado e usando todos os equipamentos de proteção individual, bem como cumprindo os requisitos da legislação vigente.

5.3.19.2. Os uniformes devem ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças de acordo com o clima da região, sem qualquer repasse de custos para o empregado.

5.3.19.3. Caso o motorista não esteja apto (por embriaguez e/ou enfermidades), por atrasos ou por má conduta não sendo possível o exercício da função, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para substituição imediata dos seus colaboradores.

5.3.19.4. Obedecer a todas as legislações de trânsito.

5.3.19.5. Zelar pela integridade física dos usuários da UFRRJ.

5.3.19.6. Zelar pela integridade dos patrimônios da UFRRJ.

5.3.19.7. Zelar pela integridade física dos seus coletores.

5.3.19.8. O motorista do veículo coletor deve exercer a função de coordenador da equipe de coleta, cabendo-lhe responsabilizar-se solidariamente por atitudes condenáveis de qualquer membro da mesma equipe na realização dos serviços e/ou no relacionamento com a população em geral, durante o serviço.

5.3.19.9. Além disso, o motorista responsabilizar-se-á pela obediência aos roteiros e horários de coleta estabelecidos no plano de rotas, bem como por relatar explicitamente a seus superiores hierárquicos as dificuldades, eventuais ou sistemáticas, encontradas durante a realização dos serviços, no máximo ao final de cada jornada de trabalho. Essas dificuldades deverão ser repassadas imediatamente pela licitante vencedora aos responsáveis pelo acompanhamento do contrato da UFRRJ que se incumbirão

de transmiti-las, em tempo hábil, para as instâncias competentes, com vistas a seu adequado equacionamento.

5.3.19.10. Deverá igualmente ser responsabilizado o motorista pelo preenchimento correto, regular e sistemático de todos os formulários padronizados, inerentes à coleta propriamente dita.

5.3.20 Para pagamento:

5.3.20.1. Caso a empresa não seja de Seropédica, faz-se necessário cadastro no sistema eletrônico NFSE.seropedica.rj.gov.br para emissão de Documento Auxiliar de Nota Fiscal do Município de SEROPÉDICA;

5.3.20.2. A CONTRATADA deverá apresentar junto com a **Nota Fiscal o Certificado de Tratamento/Destinação Final dos Resíduos**, acompanhada de **Relatório de Balanço de Massa**, o qual deverá indicar a quantidade de resíduos coletados, os destinos dados, suas respectivas quantidades, numeração das notas fiscais e manifestos de remessa, as instalações de tratamento ou de destino final – fornecendo dessa forma a rastreabilidade dos resíduos comprovando a efetiva destinação dos materiais em instalações licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, a cada processo realizado;

5.3.20.3. O gestor do contrato deve efetuar seu próprio Boletim de medição de coleta e destinação de resíduos de saúde que deve ser comparado com o da contratada contendo o nº do manifesto, placa, motorista, peso, valor por tonelada e valor total.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1 Contentores;

5.4.2 Sacos;

5.4.3 Descarpac's;

5.4.4 Balança e

5.4.5 Caminhão.

5.4.5.1. Todos os itens acima devem estar de acordo com o anexo "INFORMAÇÕES SOBRE MATERIAIS, CAMINHÃO E BALANÇA" considerando as quantidades dimensionadas pelos setores competentes e acrescidas de 20% (vinte por cento) como margem de segurança para atendimento a futuras necessidades da UFRRJ, conforme igualmente descrito no referido anexo.

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1 O campus de Seropédica possui grande extensão territorial, com estruturas prediais construídas guardando certa distância uma das outras, constituindo assim uma necessidade de trânsito interno entre setores.

5.5.2 Deve ser imediatamente a substituição de qualquer equipamento, material ou funcionários que não esteja em condições de realização do serviço.

5.5.3 O transporte de materiais, equipamentos e operários, bem como pessoal técnico de qualquer etapa de execução do serviço é de inteira responsabilidade da contratada.

5.5.4 Devem ser disponibilizados todos os equipamentos e materiais descritos nos anexos a esse Termo de referência.

#### **EDIFICAÇÕES E INSTALAÇÕES:**

5.5.5 A CONTRATADA deverá dispor de instalações, formadas de oficina e peças (podendo ser terceirizada), de forma a poder garantir a regularidade, a manutenção do veículo.

5.5.6 Deverá, outrossim, dispor de garagem ou pátio de estacionamento (podendo ser terceirizada), não sendo permitida a permanência de veículos e equipamentos em via pública, quando não estiverem em serviço ou dentro da UFRRJ.

5.5.7 A CONTRATADA deverá dispor de local adequado para lavagem e desinfecção do caminhão (podendo ser terceirizada), devendo possuir um sistema de captação de águas servidas à rede coletora de esgoto ou a um sistema de tratamento adequado.

5.5.8 A contratada deve ter local adequado para armazenamento temporário dos resíduos para aguardar quantidade suficiente a destinação final (podendo ser terceirizada).

5.5.8.1. Os custos desses locais, caso terceirizado, não deve ser repassado a universidade, pois são locais essenciais para desempenho da atividade principal da empresa, usado não só pelo contrato da UFRRJ.

### **Especificação da garantia do serviço**

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato, entretanto se faz necessário meio de contato (telefone) disponível durante o horário de expediente em dias úteis.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. *A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*

6.16.1 Acompanhamento da pesagem do quantitativo coletado tendo como produto através de emissão de boletas contendo: peso inicial do veículo coletor, peso final pós-coleta, data e hora respectivos;

6.16.2 Emissão do Manifesto de Transporte de Resíduos.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

#### **Fiscalização Administrativa**

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### **Gestor do Contrato**

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.21.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.21.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice 9 do anexo I deste edital.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios estabelecidos no IMR

### **Recebimento**

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.



- 7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período 1 (um) mês.
- 7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:
- 7.11.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 7.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do

Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Reoneração gradual da folha de pagamento**

7.38. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.38.1 O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.38.2 A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

#### **Reajuste**

7.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em momento de proposta vencedora.

7.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.43. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.44. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Cessão de Crédito**

7.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.47.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.47.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.47.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.47.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.48. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **5 % (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **1% (um por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **1% (um por cento) a 2% (dois por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **3% (três por cento) a 4% (quatro por cento)** do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Ato de autorização para o exercício de atividade Potencialmente Poluidoras, expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA nos termos do inciso II do art. 17 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social* já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 4% (quatro) do valor total estimado da contratação para o período de doze meses aplicável ao contrato de serviço continuado.
- 9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;



9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnica**

9.32. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.32.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.33. Observado que há possibilidade de subcontratação, apenas a documentação relativa às etapas propostas a serem realizadas pela licitante vencedora deverão ser cobradas no momento da habilitação técnica, sendo as demais entregues em momento anterior à Assinatura do Contrato.

9.33.1 A etapa mínima ser considerada é a de Coleta que consiste em, no mínimo: o recolhimento interno dos resíduos devidamente segregados e acondicionados em embalagens compatíveis, nas unidades geradoras da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

9.33.2 A licitante deverá apresentar as comprovações documentais relacionadas ao item (DOS DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E SUBCONTRATAÇÃO) referente as etapas em que se propor a realizar, sendo no mínimo relativo à etapa de Coleta de Resíduos de Saúde;

9.33.3 O prazo da entrega dos documentos será de até 5 (cinco) dias úteis, visto que esses se relacionam à atividade principal da empresa sendo, portanto, um documento obrigatório para o seu funcionamento.

9.34. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente CREA-RJ, em plena validade, no caso de licitantes domiciliados em outros Estados, estas deverão apresentar a certidão emitida pelo CREA da sede da empresa, sendo que a comprovação do Visto junto ao órgão de fiscalização do local onde os serviços serão executados somente será exigida quando da assinatura do Contrato (averbação).

9.34.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

### **DOS DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E/ OU SUBCONTRATAÇÃO:**

9.35. A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a documentação de qualificação técnica aplicável aos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), conforme previsto na RDC ANVISA nº 222/2018, Resolução CONAMA nº 358/2005, Resolução ANTT nº 5.947/2021, ABNT NBR 12.810/2020, ABNT NBR 7.500/2020 e demais legislações correlatas.

9.36. Em caso de subcontratação, a licitante vencedora deverá apresentar, antes da assinatura do contrato, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis a partir da convocação pela Coordenação de Contratos e Gestão de Espaços Físicos, toda a documentação exigida também para a(s) empresa(s) subcontratada(s).

9.37. As documentações são as abaixo discriminadas:

9.38. Licença de Operação emitida pelo órgão ambiental competente (no Estado do Rio de Janeiro, pelo INEA), válida para as atividades de transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, conforme Decreto Estadual nº 46.890/2019 (Selca).

9.39. Autorização para recebimento de resíduos provenientes de outros estados, emitida pelo órgão ambiental do estado receptor, quando aplicável.

- 9.40. Alvará Sanitário da sede da empresa e, se aplicável, das unidades operacionais.
- 9.41. Certidão de Registro e Regularidade de Pessoa Jurídica emitida pelo CREA ou CAU, conforme a atividade, acompanhada de ARTs (Anotações de Responsabilidade Técnica) referentes aos serviços de manejo e destinação final de RSS.
- 9.42. Certificado de Regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras (IBAMA), em conformidade com o Art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981 e alterações, bem como com a Instrução Normativa IBAMA nº 22/2021.
- 9.43. Certidões Ambientais emitidas pelo INEA:
- 9.43.1 Certidão de cumprimento de condicionantes ambientais;
  - 9.43.2 Certidão de inexistência/existência de penalidades ambientais nos últimos cinco anos;
  - 9.43.3 Certidão de inexistência/existência de dívidas financeiras ambientais nos últimos cinco anos.
- 9.44. Comprovação de experiência anterior (Acervo Técnico – CAT) mediante apresentação de declarações emitidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhadas das ARTs correspondentes, comprovando a execução de serviços compatíveis em natureza e complexidade.
- 9.45. Declaração de cadastro junto à Prefeitura de Seropédica/RJ, nos termos da Lei Municipal nº 423/2011 (prazo conforme exigência da prefeitura).
- 9.46. Comprovante de última vistoria do(s) veículo(s) de coleta, emitido por órgão de trânsito competente.
- 9.47. Certificado de Inspeção Veicular para Transporte de Produtos Perigosos, conforme Resolução ANTT nº 5.947/2021.
- 9.48. Declaração de regularidade trabalhista e fiscal da contratada e, se houver, das subcontratadas.
- 9.49. Contrato de Prestação de Serviços firmado entre as partes, no caso de subcontratação, garantindo a execução conjunta conforme as obrigações contratuais.
- 9.50. Licença para Transporte de Resíduos Perigosos emitida pelo órgão ambiental competente (no RJ, pelo INEA), atendendo à ABNT NBR 12.810/2020.
- 9.51. Comprovante de treinamento MOPP (Movimentação e Operação de Produtos Perigosos) para todos os condutores, conforme exigência do CONTRAN.
- 9.52. Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) atualizado, contemplando todas as etapas: coleta, transporte, tratamento e disposição final, conforme RDC ANVISA nº 222/2018.
- 9.53. Demais documentações pertinentes e obrigatórias ao cumprimento de cada etapa do serviço, seja pela licitante seja pela (s) subcontratada (s).
- 9.54. Caso, durante a execução do contrato, seja identificado a necessidade de nova subcontratação ou alteração das empresas subcontratada, toda a documentação pertinente deverá ser apresentada.

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

- 9.55. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.55.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:
- 9.55.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 12 (doze) meses do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.55.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.55.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.55.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.55.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.56. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.57. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### **Documentação complementar para cooperativas**

9.58. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.58.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.58.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.58.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.58.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.58.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.58.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.58.6.1. ata de fundação;

9.58.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.58.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.58.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.58.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.58.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.58.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

#### **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$.**1.213.009,68** (um milhão cento duzentos e treze mil, nove reais e sessenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima.**

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 15240/153166;
- II) Fonte de recursos: 1000 CC 2020;
- III) Programa de trabalho: 169925;
- IV) Elemento de despesa: 33.90.37.03; e
- V) Plano interno: 20RK.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

**Nome: EVANDRO SILVA PEREIRA COSTA**

Cargo: Agente de contratação

Matrícula SIAPE: 2147334

**Nome: ODUVALDO FERRAZ DE ABREU JUNIOR**

Cargo: Agente de contratação

Matrícula SIAPE: 1453203

**Nome: AMELSIDEQUI CAMILO DE OLIVEIRA**

Cargo: Agente de contratação

Matrícula SIAPE: 386581

### **Apêndices deste anexo I (Termo de referência):**

- I. Estudo Técnico Preliminar;
  - Dimensionamento;
  - Painel de preços;
  - Informações sobre materiais, caminhão e balança;
  - Locais de coleta;
  - Comprovante de coleta;
  - Medição;
  - Instrumento de medição de resultado;

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**TIPO DE REQUISIÇÃO**

☐ Consumo    ☐ Permanente    ☒ Serviço    ☐ Obra de Engenharia

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final adequada de resíduos de serviços de saúde (RSS), gerados pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

**I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.**

Como equipe de planejamento desta contratação, cabe-nos, entre outras responsabilidades, analisar com rigor técnico as demandas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), assegurando que os instrumentos administrativos elaborados estejam alinhados com os princípios da legalidade, eficiência e sustentabilidade, conforme preconizado pela Lei nº 14.133/2021. Nesse contexto, o presente objeto de estudo visa analisar soluções a necessidade de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos classificados nos grupos A1, A2 e E, conforme estabelecido pela RDC ANVISA nº 222/2018 e pela Resolução CONAMA nº 358/2005. Embora ainda não exista uma solução definitiva e plenamente estruturada para este problema, torna-se urgente buscar alternativas viáveis diante das possibilidades de agravamento do cenário. A inexistência de providências concretas expõe a universidade a riscos crescentes, tanto para a integridade ambiental quanto para a continuidade de suas atividades essenciais.

Ademais, a prestação de um serviço com essa finalidade encontra respaldo jurídico e constitucional, com fundamento no artigo 225 da Constituição Federal de 1988, o qual estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Diante disso, não se trata apenas de uma eventual contratação administrativa futura, mas de um compromisso constitucional, especialmente diante do risco biológico, químico e ambiental representado por tais resíduos.

Nesse sentido, os resíduos dos grupos A1, A2 e E gerados pela universidade envolvem riscos substanciais. A não destinação adequada pode comprometer diretamente a saúde dos trabalhadores, estudantes, técnicos e toda a comunidade acadêmica. Mais ainda, os impactos extrapolam o espaço institucional, pois há sérias implicações sobre o meio ambiente natural, como contaminação do solo, de aquíferos, da fauna local e a proliferação de vetores biológicos. Ressalta-se que a universidade está



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**PPRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS**  
**DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES**

localizada sobre o Aquífero Piranema, reserva estratégica de água doce para a região sul-fluminense. A exposição desse aquífero a resíduos indevidamente tratados pode ocasionar danos irreparáveis, com efeitos ambientais, sociais e sanitários de grande alcance.

Outros fatos importantes são o comprometimento da credibilidade da universidade como espaço de ciência, ética ambiental e formação cidadã, pode gerar interrupção de atividades acadêmicas e de pesquisa, se os órgãos de controle (como vigilância sanitária ou Ministério Público) forem acionados e prejudica convênios com agências de fomento e órgãos ambientais, pois os espaços afetados tornam-se impróprios ou inseguros para uso didático.

Ainda que não se trate de um hospital humano, a UFRRJ abriga uma diversidade de estruturas que produzem resíduos equivalentes em risco àqueles dos estabelecimentos de saúde. Biotérios, clínicas veterinárias, laboratórios de microbiologia, anatomia e parasitologia, entre outros, geram cotidianamente materiais biológicos, contaminados e perfurocortantes. Os resíduos do grupo A1 e A2, que envolvem sangue, tecidos, secreções e organismos infecciosos, e os do grupo E, como lâminas, agulhas e frascos quebrados, oferecem elevado risco de contaminação e acidentes. Sua manipulação exige critérios técnicos rigorosos e normativos, que atualmente não podem ser plenamente atendidos pela universidade.

Diante disso, torna-se imprescindível que a instituição avalie e encaminhe com prioridade uma solução estruturada para a questão. Embora a contratação de empresa especializada seja tecnicamente uma das alternativas possíveis, ainda se faz necessária a avaliação integrada dos setores competentes para dimensionar as reais necessidades, orçamentos disponíveis, riscos a mitigar e a viabilidade operacional da medida

Dessa maneira, é evidente que há a necessidade de uma solução que se impõe como urgente e estratégica para a UFRRJ. Ao promover o adequado gerenciamento dos resíduos biológicos e perfurocortantes produzidos nas dependências da universidade, cumpre-se não apenas uma obrigação normativa, mas também um compromisso ético e institucional com a sustentabilidade, a segurança da comunidade universitária e a integridade ambiental.

### **Especificação Técnica:**

Para fins de atendimento ao objeto do certame, as classificações adotadas para os Resíduos de Serviços de Saúde são as definidas pela Resolução CONAMA nº 358/05 e pela RDC ANVISA nº 222/18, cujo teor define:

### **GRUPO A**

Resíduos com a presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecção. É subdividido em:

### **SUBGRUPO A1**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**PPRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS**  
**DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES**

Culturas e estoques de micro-organismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de micro-organismos vivos ou atenuados; meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética;

Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido;

Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta;

Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

Obs.: os resíduos pertencentes ao Grupo A1 do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, devem ser submetidos a processo de tratamento que promova redução de carga microbiana compatível com nível III de inativação e devem ser encaminhados para aterro sanitário licenciado ou local devidamente licenciado para disposição final de resíduos dos serviços de saúde.

#### **SUBGRUPO A2:**

Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.

Obs.: os resíduos pertencentes ao Grupo A2 do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, devem ser submetidos a processo de tratamento, de acordo com o porte do animal, que promova redução de carga microbiana compatível com nível III de inativação, com autorização do órgão de saúde competente e ambiental para o fracionamento de animais, quando tratar se de grande porte, ou ser uma necessidade operacional.

#### **RESÍDUOS GRUPO E**

Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; ponteiras de pipetas automáticas e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

Obs.: Os resíduos pertencentes ao Grupo E do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, devem ser apresentados para coleta acondicionados em coletores estanques, rígidos e hígidos,



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**PPRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS**  
**DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES**

resistentes à ruptura, à punctura, ao corte ou à escarificação, e ter tratamento específico de acordo com a contaminação química, biológica ou radiológica.

**Das definições importantes:**

**Resíduos de Serviços de Saúde (RSS):** São os resíduos resultantes de atividades exercidas por serviços relacionados ao atendimento à saúde humana ou animal, que, por suas características, necessitam de processos diferenciados em seu manejo, desde a geração até a disposição final.

**Coleta:** Ação de recolhimento de resíduos de maneira técnica e segura, feita por profissionais treinados, com uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e veículos licenciados.

**Armazenamento:** Contenção temporário dos resíduos em locais apropriados para chegar à quantidade adequada para o transporte e destinação final;

**Transporte:** É a transferência física dos resíduos coletados até uma unidade de tratamento ou disposição final, mediante o uso de veículos apropriados;

**Tratamento de Resíduos:** Conjunto de procedimentos físicos, químicos ou biológicos que têm como objetivo tornar os resíduos menos perigosos, reduzir seu volume ou permitir seu reaproveitamento. No caso de resíduos do grupo A ou E, normalmente envolve autoclavação, incineração ou descontaminação química.

**Disposição final ambientalmente adequada:** É o encaminhamento dos resíduos após o tratamento para locais licenciados, como aterros sanitários específicos, unidades de incineração ou centros de reprocessamento, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);

**Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR):** Documento emitido pelo gerador do resíduo, por meio do Sistema MTR-RJ, numerado sequencialmente, que contém informações sobre o resíduo, o gerador, o transportador e o destinador, dentre outras;

**Boletins de Medição:** Documentos expedidos mensalmente para fiscalização pela contratante, contendo os quantitativos de cada modalidade de serviço executado pela CONTRATADA, no mês de referência;

**CONAMA:** Conselho Nacional de Meio Ambiente.

**II – Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho (item facultativo):**

Os itens que compõem a presente solução deverão atender aos requisitos técnicos já contidos em sua especificação e ainda:





**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**PPRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS**  
**DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES**

- A Contratada deverá executar a coleta dos resíduos em toda área da UFRRJ, no campus Seropédica, atendendo aos prédios indicados pela Contratante, independentemente do pavimento das vias de acesso (serem asfaltadas ou não);
- Realizar a coleta, transporte e tratamento de acordo com o pré-estabelecido pela contratada e de acordo com as legislações vigentes. (incineração, autoclavagem ou outro autorizado);
- Fornecimento de recipientes adequadas para armazenamento;
- Em caso de qualquer motivo que force a paralisação ou impossibilite o serviço, por problemas de qualquer natureza com o veículo titular de coleta ou colaborador, devem esses serem substituídos imediatamente, sem ônus a contratante;
- A contratada fica responsável por todas as providências relacionadas a obtenção de licenças, registros no Conselho Nacional competente e demais órgãos, correndo por sua conta o pagamento de todas as taxas e emolumentos daí resultantes.
- Materiais perfurocortantes (grupo E) devem ser descartados em coletores rígidos, estanques, resistentes à punctura, ruptura e vazamento, conforme a ABNT NBR 13853-1:2018;
- Todos os recipientes devem estar identificados de acordo com a ABNT NBR 7500:2018 e NBR 9191:2008.
- O armazenamento temporário deve seguir as diretrizes da ABNT NBR 12809:2013, mantendo as embalagens íntegras, identificadas e em local específico, protegido e ventilado, garantindo a integridade dos resíduos até sua coleta.
- A coleta e o transporte externo dos resíduos devem seguir as normas da ABNT NBR 12807:2013 e NBR 12810:2016, devendo ser realizados por empresa licenciada, com veículos apropriados, identificados e registrados nos órgãos competentes. Durante o transporte, não é permitida a reabertura, fracionamento ou acondicionamento das embalagens.
- A disposição final dos resíduos deve ser feita em local devidamente licenciado, conforme a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), a Resolução CONAMA nº 358/2005 e os artigos 46 a 52 e 86 da RDC ANVISA nº 222/2018.

**Requisitos Sociais:**

- Durante a execução de tarefas no ambiente da UFRRJ, os funcionários da contratada deverão observar, no trato com os servidores e o público em geral, a urbanidade e os bons costumes de comportamento, tais como: cooperação, respeito mútuo, discrição e zelo com o patrimônio público.
- A empresa contratada deverá tomar todas as medidas de segurança cabíveis aos serviços que executarão não arcando a UFRRJ com qualquer ônus em caso de acidente, que comprove o dolo da contratada, aos patrimônios, equipamentos ou pessoal, seja da UFRRJ ou de terceiros.
- A contratada deve respeitar as normas de controle de acesso a UFRRJ.

**Segurança dos colaboradores:**

Visando manter as garantias dos colaboradores, entendemos que há necessidade de destacar os seguintes tópicos:



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**PPRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS**  
**DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES**

- Caberá à contratada dimensionar as frentes de trabalho e manter um planejamento diário de serviços, provendo todos os materiais, equipamentos, ferramentas e colaboradores necessários, de modo a não ocorrer interrupção dos serviços;
- Caberá à contratada relatar à fiscalização toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- Caberá à contratada realizar o recrutamento, seleção, contratação e pagamento de toda a mão de obra necessária à execução dos serviços, nos prazos estabelecidos;
- A contratação deve seguir as exigências contidas na Convenção Coletiva do Rio de Janeiro em vigor no momento da contratação;
- Caberá à contratada o cumprimento das exigências legais Federais, Estaduais e Municipais, Leis trabalhistas e da Previdência Social;
- Caberá à contratada o custeio de todas as despesas de alimentação e transporte;
- Caberá à contratada providenciar treinamento de capacitação adequada para os profissionais envolvidos na execução dos serviços;
- É dever da contratada fornecer gratuitamente todos os uniformes e EPI'S necessários para a segurança de seus colaboradores.

#### **Leis de trânsito**

- Durante a execução dos serviços em vias públicas ou às margens de vias públicas, assim como dentro do campus, torna-se necessário zelar pela integridade física dos colaboradores e das pessoas em trânsito nas imediações. Por esse motivo, destacamos a necessidade de atenção especial aos procedimentos de trânsito, especialmente no que diz respeito à velocidade do veículo coletor e sinalização temporária.

#### **Gestão de impactos ambientais**

- Cabe à contratada garantir que todos os resíduos gerados durante a execução sejam acondicionados e dispostos corretamente em locais apropriados destinando-os ao descarte final.
- Os colaboradores da contratada deverão receber instruções quanto à utilização controlada de materiais, visando a menor produção possível de resíduos a serem dispostos.

#### **Requisitos legais e normativos**

A contratação observará seguir os seguintes requisitos legais aplicáveis:

- Resolução CONAMA nº 358/2005 – Regras para tratamento e destinação final de RSS.
- Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).
- Decreto nº 10.936/2022 – Regulamenta a PNRS.
- RDC ANVISA nº 222/2018 – Regulamento de gestão de RSS.
- Lei nº 9.605/1998 – Lei de Crimes Ambientais.
- NBR 12808/1993 – Transporte terrestre de resíduos infectantes.
- NBR 11174/1990 – Coleta de resíduos infectantes.



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**PPRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS**  
**DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES**

- NBR 7500 – Identificação no transporte de produtos perigosos.
- Normas municipais (vigilância sanitária, meio ambiente e transporte de RSS) conforme município do campus.

**Sobre os Critérios de Sustentabilidade Ambiental podemos informar que:**

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 2023 - RESÍDUOS SÓLIDOS EM GERAL OU REJEITOS:

A contratada está expressamente proibida de destinar ou dispor resíduos sólidos e rejeitos das seguintes formas:

- Lançamento em praias, no mar ou quaisquer corpos hídricos;
- Lançamento in natura a céu aberto, exceto para resíduos de mineração conforme legislação específica;
- Queima a céu aberto ou em equipamentos não licenciados;
- Disposição em áreas de proteção especial, sujeitas a inundação, redes de drenagem, esgotos ou infraestruturas similares;
- Infiltração no solo sem tratamento prévio e autorização do órgão ambiental competente;
- Utilização para alimentação animal ou humana em desacordo com a legislação vigente.

Durante a operação de tratamento, deverão ser mantidos os padrões de emissão atmosférica, efluentes líquidos e qualidade do solo estabelecidos na Resolução CONAMA nº 316, de 29 de outubro de 2002.

Para os veículos utilizados nas coletas:

- Utilizar, sempre que possível, combustíveis renováveis (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade, etc.), conforme a Lei nº 9.660/1998;
- Utilizar pneus com Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme Portaria INMETRO nº 544/2012;
- Responsabilizar-se pelo recolhimento e descarte adequado dos pneus usados, seguindo a Instrução Normativa IBAMA nº 01/2010 e legislação correlata;
- Atender aos limites máximos de ruído estabelecidos pelas Resoluções CONAMA nº 1/1993, nº 8/1993, nº 17/1995, nº 242/1998, nº 272/2000 e demais legislações vigentes;
- Atender aos limites máximos de emissão de poluentes do escapamento conforme o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), Resoluções CONAMA nº 18/1986, nº 490/2018, nº 492/2018 e suas atualizações;
- Submeter os veículos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso (I/M), conforme Resolução CONAMA nº 418/2009 e demais legislações vigentes.
- Gestão de Óleo Lubrificante Usado ou contaminado
- A contratada deverá garantir o recolhimento, armazenamento seguro, transporte e destinação final ambientalmente adequada do óleo lubrificante usado ou contaminado, observando:



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**PPRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS**  
**DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES**

- i. Armazenamento em recipientes adequados, evitando contaminação ambiental;
- ii. Coleta por empresa autorizada ou entrega a revendedor autorizado;
- iii. Destinação final ambientalmente adequada, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 362/2005 e legislação correlata.

A contratada deve estar regularmente cadastrada e habilitada no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/AIDA), Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos (CNORP), além de possuir responsável técnico inscrito no mesmo cadastro, conforme a legislação vigente.

A empresa deverá reconhecer seu compromisso socioambiental, mantendo-se disponível para fiscalização pelos órgãos competentes, adotando práticas que garantam a segurança, a saúde pública e a proteção ambiental.

**III – Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções (item facultativo):**

Em suma há 4 soluções disponíveis para execução da contratação:

Solução 1: Execução direta pela Administração;

Solução 2: Execução mista;

Solução 3: Locação de bens e equipamentos;

Solução 4: Órgão adquirir os materiais/serviços mediante contratação de empresas especializadas para atender à necessidade da contratação do presente processo.

**Análise e comparação de soluções:**

**Solução 1:** Esta solução consistiria na execução direta de todas as etapas do gerenciamento dos resíduos de saúde (coleta, transporte, tratamento e destinação final) utilizando recursos próprios da UFRRJ. À primeira vista, tal alternativa poderia ser considerada ideal, uma vez que conferiria total controle ao órgão sobre a operação. Contudo, sua viabilidade esbarra em sérios entraves de ordem orçamentária, estrutural e operacional. A implementação demandaria a criação de um centro de gestão de resíduos, contratação de servidores especializados, aquisição de veículos, equipamentos, estrutura física e licenças ambientais, além de sistema de monitoramento e controle contínuo. No atual cenário, tais exigências tornam essa opção financeiramente e logisticamente inviável.

**Solução 2:** A execução mista pressupõe a realização, pela UFRRJ, da etapa de coleta interna dos resíduos e a contratação de empresa especializada apenas para o transporte externo, tratamento e destinação final. No entanto, esta alternativa também se revela impraticável, considerando-se a insuficiência de servidores disponíveis, a ausência de equipe técnica qualificada para a manipulação



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**PPRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS**  
**DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES**

de resíduos perigosos, bem como a inexistência de veículos próprios e equipamentos adequados. Além disso, haveria a necessidade de capacitação, protocolos de segurança e licenciamento, o que compromete a eficiência, segurança e legalidade da operação.

**Solução 3:** A locação de bens – como veículos, contêineres e/ou equipamentos de tratamento – também foi avaliada. Contudo, esta solução mostrou-se inadequada, seja por envolver materiais de consumo, cuja devolução ou reaproveitamento se torna impraticável, seja por demandar, mesmo com a locação, estrutura e mão de obra interna para sua operação, o que, como já mencionado, a universidade não possui. Além disso, é necessário licenças de operação específicas que não são detidas pela instituição, tornando esta alternativa técnica e juridicamente desaconselhável.

**Solução 4:** A contratação de empresa especializada para executar todas as etapas do gerenciamento dos RSS – da coleta à disposição final – mostra-se como a única alternativa viável, segura e legal. A complexidade técnica e os riscos ambientais, sanitários e administrativos envolvidos exigem expertise específica, estrutura logística robusta, veículos licenciados, rastreabilidade dos resíduos e cumprimento das normas da RDC ANVISA nº 222/2018, da Resolução CONAMA nº 358/2005 e da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Assim, a contratação de empresa especializada para a prestação do serviço de coleta de resíduos de saúde está plenamente respaldada pelo art. 48 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a execução indireta de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos de competência do órgão ou entidade pública. Dessa forma, a coleta de resíduos de saúde se caracteriza como atividade operacional e logística, sem natureza decisória, sendo, portanto, atividade-meio e não típica de Estado. Por essa razão, não há impedimento legal para sua terceirização, desde que devidamente regulamentada por processo licitatório e formalizada por contrato administrativo.

Ainda conforme o mesmo artigo, destaca-se que a contratação do serviço de coleta não infringe os incisos I a VI do caput do art. 48, uma vez que:

- A Administração não indica os profissionais a serem alocados (inciso I);
- O salário e benefícios pagos aos trabalhadores seguem convenções coletivas ou valores mínimos definidos em edital, respeitando a legalidade (inciso II);
- Não há subordinação direta dos empregados terceirizados a agentes públicos (inciso III);
- A forma de pagamento se dá por preço global e não por reembolso de salários (inciso IV);
- As atividades exigidas estão restritas ao escopo contratual (inciso V);
- Não há interferência da Administração na gestão interna da empresa contratada (inciso VI).

Dessa forma, a execução indireta do serviço é tecnicamente adequada, legalmente permitida e operacionalmente recomendável, contribuindo para a eficiência da gestão pública, observando os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e planejamento.



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**PPRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS**  
**DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES**

### **Situação do mercado**

Além disso, consulta realizada junto ao Painel de Preços do Governo Federal, em anexo, demonstra que a prática mais comum entre instituições públicas é a contratação integrada de todas as etapas do processo de gerenciamento de RSS. Em nenhuma das licitações analisadas os órgãos se responsabilizaram integralmente pelas etapas internas e externas. Esses dados reforçam o entendimento de que a execução completa por empresa contratada é a solução mais técnica e operacionalmente adotada.

#### **IV - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução (item obrigatório):**

**A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final adequada dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) gerados no âmbito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), conforme classificação definida pela RDC ANVISA nº 222/2018 e pela Resolução CONAMA nº 358/2005, com foco nos grupos A1, A2 e E.**

A solução contempla a execução de todas as etapas operacionais, incluindo:

Coleta interna em dias e horários previamente acordados com os setores geradores;

Transporte em veículos autorizados e devidamente licenciados pelos órgãos ambientais competentes;

Tratamento adequado, conforme o tipo de resíduo e normativos sanitários;

Destinação final ambientalmente correta, com emissão de certificados e rastreabilidade documental de cada lote;

Para a execução dos serviços a contratada e possíveis subcontratadas deverão garantir o cumprimento de toda a legislação aplicável, devendo se responsabilizar pela etapa a qual for designada garantindo, entre outros itens, o seguinte:

A contratada deverá fornecer os recipientes em quantidade suficiente para armazenamento dos RSS, conforme levantamento e histórico do local de coleta, para o transporte e acondicionamento devidamente identificadas em local de fácil visualização, de forma indelével, utilizando-se símbolos, cores e frases, atendendo aos parâmetros referenciados na norma NBR 7.500 da ABNT, além de outras exigências relacionadas a identificação de conteúdo e ao risco mercado.

Elaboração de relatórios periódicos com a consolidação das coletas e quantidades destinadas, conforme exigências dos órgãos de controle e fiscalização;

Atendimento a emergências, quando necessário, em caso de acidente ambiental com risco biológico.





**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**PPRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS**  
**DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES**

Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso; responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao Contratante;

O transporte dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) deverá ser realizado em veículos específicos e devidamente adaptados para este fim, em conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente a ABNT NBR 7500, ABNT NBR 9735, ABNT NBR 12810, ABNT NBR 13221, ABNT NBR 14652, bem como com a Resolução ANTT nº 5.998/2022 (que revogou a Resolução nº 420/2004), as Normas COMLURB 42-10-01 e 42-60-01, e demais regulamentações ambientais e sanitárias aplicáveis

Os serviços serão executados em todo o Campus de Seropédica, de maneira a garantir a coleta regular dos resíduos.

Manutenção de regularidade fiscal perante os órgãos competentes e fiscalizadores relacionados às atividades exercidas;

#### **SOBRE A OBJETO:**

O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, pois trata-se de solução cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

O serviço tem caráter continuado com fornecimento de mão de obra sem regime de dedicação exclusiva, pois há a necessidade de que os serviços descritos neste ETP estejam disponíveis de forma contínua, visando evitar a suspensão das atividades fins e administrativas da UFRRJ, em decorrência da impossibilidade de oferecer um ambiente limpo e adequado aos colaboradores e alunos, além de prejudicar o meio ambiente. Entretanto, não é necessário que os funcionários da contratada estejam a disposição da UFRRJ de forma contínua, uma vez que o serviço é continuado, mas não se enquadra em interrupto de 44 horas semanais.

Foi escolhido o IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado) para atrasos de pagamento por parte da contratante pois, por se tratar de serviço que não afeta diretamente o consumidor, por refletir a economia como um todo e por se enquadrar melhor as mudanças de mercado para serviços.

A contratação deverá adotar, como regime de execução, a empreitada por preço global, conforme previsto no art. 6º, inciso XLII, da Lei nº 14.133/2021, que a define como a contratação de obra ou serviço por preço certo e total.

Essa escolha se justifica pelo fato de que o objeto permite, com base em estudo técnico e planejamento adequados, a definição de rotas, volumes, periodicidade e tipos de resíduos. Tais



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**PPRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS**  
**DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES**

informações, devidamente detalhadas no projeto básico, possibilitam a quantificação prévia dos custos com boa margem de segurança, tornando viável a fixação de um valor global para a execução do contrato.

**V - Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala:**

As quantidades estimadas para a contratação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) foram definidas com base nas informações fornecidas pelos setores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) que utilizam ou utilizarão tais serviços.

O quantitativo mínimo foi determinado a partir do dimensionamento enviado por esses setores (anexo Dimensionamento), considerando os resíduos classificados nos grupos A1, A2 e E, conforme estabelecido na RDC ANVISA nº 222/2018 e na Resolução CONAMA nº 358/2005.

Com o intuito de assegurar a abrangência do contrato e garantir o atendimento a eventuais demandas não mapeadas, foi acrescido um percentual de 20% sobre o total informado. Esse acréscimo visa contemplar setores que, porventura, não tenham encaminhado suas estimativas, bem como futuras atividades de pesquisa ou extensão que venham a ser desenvolvidas ao longo do período de vigência do contrato e que demandem o manejo adequado dos RSS.

Item	CATMAT / CATSER	Descrição	Unidade	Quantidade Mínima a ser solicitada	Quantidade Total mês	Qtde. anual
1	19380	Coleta / Tratamento Lixo – Hospitalar Grupo A, subgrupo A1.	KG	1893,00	2271,60	27259,20
2	19380	Coleta / Tratamento Lixo – Hospitalar Grupo A, subgrupo A2.	KG	3165,00	3798,00	45576,00
3	19380	Coleta / Tratamento Lixo – Hospitalar Grupo E.	KG	246,60	295,92	3551,04

**VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação:**





**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**PPRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS**  
**DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES**

O objeto em questão não sofreu alterações significativas em sua configuração técnica, apresentando apenas ajustes nas quantidades previstas, uma vez que o serviço atualmente prestado atende de forma satisfatória às necessidades da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Dessa forma, o valor estimado tomou por base o último aditivo firmado no contrato vigente, referente ao processo administrativo nº 23083.041750/2019-82, ficando a realização da pesquisa de preços a cargo do setor competente, em momento oportuno.

<b>Item</b>	<b>CATMAT / CATSER</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade</b>	<b>Qtde. anual</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total anual</b>
1	19380	Coleta / Tratamento Lixo – Hospitalar Grupo A, subgrupo A1.	KG	27259	R\$15,88	R\$ 432.872,9
2	19380	Coleta / Tratamento Lixo – Hospitalar Grupo A, subgrupo A2.	KG	45576,00	R\$15,88	R\$ 723.746,88
3	19380	Coleta / Tratamento Lixo – Hospitalar Grupo E.	KG	3551	R\$15,88	R\$ 56.389,88
<b>TOTAL:</b>						<b>R\$: 1.213.009,68</b>

**VII - Justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável:**

A teor do art. 40 e inciso II do art. 47 da Lei 14.133, as contratações públicas devem observar, sempre que viável, o princípio do parcelamento do objeto, o qual pode ser formal ou material. Porém, o cumprimento de tal princípio deve ser orientado nos fatos distintos: tecnicamente viável e economicamente vantajoso.



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**PPRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS**  
**DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES**

Assim sendo, verifica-se aqui que, tecnicamente, o escopo contratual é divisível. Segundo Súmula nº 247/2004, o parcelamento é a regra, a menos que haja justificativas técnicas ou econômicas, unicidade do objeto, inviabilidade operacional e dificuldade de se atribuir futuras responsabilidades, perda da economia de escala ou aumento no custo final.

De acordo com o Tribunal de Contas da União há 4 métodos para proceder o parcelamento do objeto da licitação:

- a) realização de licitações distintas, uma para cada parcela do objeto (parcelamento formal);
- b) realização de uma única licitação, com cada parcela do objeto sendo adjudicada em um lote (ou grupo de itens) distinto (parcelamento formal);
- c) realização de uma única licitação, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, mas havendo permissão para que as licitantes disputem o certame em consórcios (parcelamento material);
- d) realização de uma única licitação, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, mas havendo permissão para que a licitante vencedora subcontrate uma parte específica do objeto (parcelamento material).

Logo, a administração do Contrato considerou que a opção **D** atenderá melhor a competitividade de mercado já que as diversas empresas do mercado poderão terceirizar parte dos serviços exigidos na contratação por motivo de não haver estrutura para a realização de todo trabalho exigido a contratada. A forma de parcelamento escolhida não prejudica a escala econômica e guarda relação com os fatos conhecidos do último contrato.

Nesse sentido, o modelo de parcelamento proposto avaliou, dentre outros aspectos, a forma de comercialização dos serviços no mercado, a redução dos custos administrativos em função da simplificação do modelo proposto, os efeitos do ganho de escala na formação do preço final.

**VIII - Contratações correlatas e/ou interdependentes (item facultativo):**

Não foram identificadas contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

**IX - Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão (item obrigatório):**

De acordo com a Deliberação da UFRRJ nº 15 de 23 de março de 2012, Art. 2º – A Universidade, com autonomia administrativa, didático-científica e de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, é regida pela legislação federal pertinente, pelo presente Estatuto, pelo Regimento Geral e demais normas subsidiárias que com esses não conflitem.

§ 1º – A autonomia administrativa consiste em:



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**PPRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS**  
**DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES**

I– elaborar e reformar o próprio Estatuto e o Regimento Geral;

II – aprovar os regimentos de suas unidades;

III – normatizar os processos de escolha de dirigentes.

§ 2º – A autonomia didático-científica consiste em:

I –estabelecer sua política de ensino, de pesquisa, de extensão, de desenvolvimento de produtos e processos, de inovação

II – criar, organizar, modificar e extinguir cursos, observadas as exigências tecnológica e de prestação de serviços à sociedade; do meio social, econômico e cultural;

III – estabelecer os projetos pedagógicos dos seus cursos;

IV – estabelecer o seu regime escolar e didático;

V – fixar critérios para seleção, admissão, avaliação, habilitação e transferência de alunos;

VI – conferir graus, diplomas, títulos e dignidades universitárias;

VII – fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio social, econômico e cultural.

§ 3º – A autonomia de gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste em:

I – administrar seu patrimônio;

II – gerir subvenções, doações e legados, cooperação financeira e patrimonial proveniente de convênios com entidades públicas e privadas;

III – elaborar seu orçamento de acordo com as necessidades da Instituição;

IV – administrar seus recursos orçamentários e financeiros.

Entendemos que a contratação pretendida está alinhada aos planos instituídos pela UFRRJ e com respaldo institucional sem previsão no Planejamento Anual de Contratações dada a situação surpresa em que a Universidade se encontrou.

**X – Demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (item facultativo):**

A contratação visa assegurar o gerenciamento ambiental e sanitário adequado dos resíduos de saúde gerados pela universidade, com foco na preservação da saúde pública, proteção ambiental,



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**PPRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS**  
**DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES**

conformidade legal, segurança institucional e continuidade das atividades acadêmicas e científicas. Espera-se com isso:

- Eliminar riscos de contaminação e acidentes com resíduos biológicos ou perfurocortantes;
- Atender à legislação ambiental e sanitária vigente (ANVISA, CONAMA, Lei nº 12.305/2010);
- Proteger o Aquífero Piranema, manancial estratégico sob influência direta do campus;
- Evitar responsabilizações administrativas, civis, penais e ambientais;
- Preservar a credibilidade da universidade como espaço de ciência, ética ambiental e educação.

Do ponto de vista econômico, a contratação mostra os seguintes benefícios:

- Evitar investimentos expressivos e permanentes em frota, estrutura e pessoal;
- Reduzir riscos e custos com passivos ambientais, acidentes e não conformidades;
- Aproveitar economia de escala das empresas do setor, que já operam com estrutura consolidada;
- Viabilizar pagamento por preço global, assegurando previsibilidade orçamentária e equilíbrio contratual.

**XI - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual:**

Deve ser considerado a necessidade de capacitação de servidores/colaboradores para atuarem na separação, armazenamento provisório dos resíduos antes da coleta pela empresa e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado.

**XII – Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;**

Todos os impactos gerais já foram descritos no item “Sobre os Critérios de Sustentabilidade Ambiental”.

**XIII - Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina:**

Diante dos fatos relatados podemos entender a importância do serviço a ser licitado no presente Estudo Técnico Preliminar, pois a execução do serviço de acordo com todas as normas sanitárias, de segurança e ambientais existentes concernentes às atividades de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde, realizado por empresa que demonstre aptidão, experiência e solidez no ramo a que se dedica, será a garantia de benefícios ao meio ambiente e à população.



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**PPRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS**  
**DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES**

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação do serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de RSS mostra-se possível técnica e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

**Equipe de Planejamento da Contratação**

**Nome: EVANDRO SILVA PEREIRA COSTA**

Cargo: Agente de contratação

Matrícula SIAPE: 2147334

**Nome: ODUVALDO FERRAZ DE ABREU JUNIOR**

Cargo: Agente de contratação

Matrícula SIAPE: 1453203

**Nome: AMELSIDEQUI CAMILO DE OLIVEIRA**

Cargo: Agente de contratação

Matrícula SIAPE: 386581



## ANEXO - DIMENSIONAMENTO

## DIMENSIONAMENTO DO QUANTITATIVO DE RESÍDUOS DE SAÚDE

**NOME DO LABORATÓRIO/SETOR: LABORATORIO DE DOENÇAS PARASITARIAS**

**LOCAL: INSTITUTO DE VETERINÁRIA / DESP / SALA : 37**

**RESPONSÁVEL: TIAGO MARQUES DOS SANTOS**

DIMENSIONAMENTO MENSAL		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (KG)
1	A1	( FEZES DE ANIMAIS ) 10KG
2	A2	
3	E	1KG

RECIPIENTE DE ARMAZENAMENTO		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (MENSAL/SEMESTRAL)
1	Descarpack 3L.	
2	Descarpack 7L.	
3	Descarpack 13L.	1 UNIDADE / SEMESTRAL
4	Descarpack 20L.	
5	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 50 L.	2 UNIDADES
6	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 120L.	
7	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 240L.	
8	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor branca).	
9	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor branca).	15 UNIDADES/MENSAL
10	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor branca).	
11	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor branca).	
12	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor vermelha).	
13	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor vermelha).	15 UNIDADES / MENSAL
14	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor vermelha).	
15	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor vermelha).	

**DESCRIÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO CONAMA Nº 358, DE 29/04/2005:**

- SUBGRUPO A1**

Culturas e estoques de micro-organismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de micro-organismos vivos ou atenuados; meios de



cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética;

Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido;

Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta; Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

- **SUBGRUPO A2:**

Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.

- **RESÍDUOS GRUPO E**

Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; ponteiras de pipetas automáticas e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.



## DIMENSIONAMENTO DO QUANTITATIVO DE RESÍDUOS DE SAÚDE

**LOCAL:** Hospital Veterinário/ Instituto de Veterinária

**RESPONSÁVEL:** Cristiano Chaves Pessoa da Veiga

DIMENSIONAMENTO MENSAL		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (KG)
1	A1	600
2	A2	200
3	E	80

RECIPIENTE DE ARMAZENAMENTO		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (MENSAL/SEMESTRAL)
1	Descarpack 3L.	3/18
2	Descarpack 7L.	10/60
3	Descarpack 13L.	40/240
4	Descarpack 20L.	-
5	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 50 L.	-
6	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 120L.	3
7	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 240L.	5
8	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor branca).	550/3300
9	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor branca).	700/4200
10	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor branca).	950/5700
11	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor branca).	-
12	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor vermelha).	-
13	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor vermelha).	50/300
14	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor vermelha).	100/600
15	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor vermelha).	50/300

### DESCRIÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO CONAMA N° 358, DE 29/04/2005:

- SUBGRUPO A1**

Culturas e estoques de micro-organismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de micro-organismos vivos ou atenuados; meios de

cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética;

Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido;

Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta; Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

- **SUBGRUPO A2:**

Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.

- **RESÍDUOS GRUPO E**

Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; ponteiras de pipetas automáticas e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

## DIMENSIONAMENTO DO QUANTITATIVO DE RESÍDUOS DE SAÚDE

**LOCAL:** Laboratório de Bacteriologia Veterinária - LabacVet

**RESPONSÁVEL:** Thérèse Camille Nascimento Holmström Florentino

DIMENSIONAMENTO MENSAL		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (KG)
1	A1	500
2	A2	0
3	E	100

RECIPIENTE DE ARMAZENAMENTO		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (MENSAL/SEMESTRAL)
1	Descarpack 3L.	2 por semestre
2	Descarpack 7L.	2 por semestre
3	Descarpack 13L.	0
4	Descarpack 20L.	0
5	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 50 L.	1
6	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 120L.	0
7	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 240L.	0
8	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor branca).	1 por mês
9	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor branca).	0
10	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor branca).	4 por mês/ 20 por semestre
11	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor branca).	0
12	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor vermelha).	0
13	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor vermelha).	0
14	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor vermelha).	0
15	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor vermelha).	0

### DESCRIÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO CONAMA Nº 358, DE 29/04/2005:

- SUBGRUPO A1**

Culturas e estoques de micro-organismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de micro-organismos vivos ou atenuados; meios de

cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética;

Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido;

Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta; Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

- **SUBGRUPO A2:**

Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.

- **RESÍDUOS GRUPO E**

Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; ponteiras de pipetas automáticas e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

## DIMENSIONAMENTO DO QUANTITATIVO DE RESÍDUOS DE SAÚDE

**LOCAL: LQEPV (ANEXO I – PSA) + CURRAL (ÁREA 2 DO LQEPV)**

**RESPONSÁVEL: THAIS PAES FERREIRA**

DIMENSIONAMENTO MENSAL		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (KG)
1	A1	200
2	A2	2000
3	E	20

RECIPIENTE DE ARMAZENAMENTO		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (MENSAL/SEMESTRAL)
1	Descarpack 3L.	0
2	Descarpack 7L.	3/18
3	Descarpack 13L.	0
4	Descarpack 20L.	0
5	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 50 L.	0
6	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 120L.	0
7	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 240L.	5 contentores fixos – LQEPV 2 contentores fixos - curral
8	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor branca).	0
9	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor branca).	0
10	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor branca).	100/600
11	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor branca).	200/1200
12	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor vermelha).	0
13	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor vermelha).	0
14	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor vermelha).	0
15	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor vermelha).	100/600

### DESCRIÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO CONAMA Nº 358, DE 29/04/2005:

- SUBGRUPO A1**

Culturas e estoques de micro-organismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de micro-organismos vivos ou atenuados; meios de



cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética;

Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido;

Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta; Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

- **SUBGRUPO A2:**

Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.

- **RESÍDUOS GRUPO E**

Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; ponteiras de pipetas automáticas e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

## DIMENSIONAMENTO DO QUANTITATIVO DE RESÍDUOS DE SAÚDE

**LOCAL:** COPIEPE (Produção Animal)

**RESPONSÁVEL:** Bruno Gonçalves de Souza

DIMENSIONAMENTO MENSAL		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (KG)
1	A1	100
2	A2	100
3	E	20

RECIPIENTE DE ARMAZENAMENTO		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (MENSAL/SEMESTRAL)
1	Descarpack 3L.	
2	Descarpack 7L.	
3	Descarpack 13L.	
4	Descarpack 20L.	4 por mês
5	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 50 L.	8 unidades
6	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 120L.	
7	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 240L.	8 unidades
8	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor branca).	
9	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor branca).	200 por mês
10	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor branca).	
11	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor branca).	100 por mês
12	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor vermelha).	
13	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor vermelha).	
14	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor vermelha).	
15	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor vermelha).	40 por mês

### DESCRIÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO CONAMA Nº 358, DE 29/04/2005:

- SUBGRUPO A1**

Culturas e estoques de micro-organismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de micro-organismos vivos ou atenuados; meios de



cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética;

Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido;

Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta; Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

- **SUBGRUPO A2:**

Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.

- **RESÍDUOS GRUPO E**

Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; ponteiras de pipetas automáticas e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.



## DIMENSIONAMENTO DO QUANTITATIVO DE RESÍDUOS DE SAÚDE

**LOCAL:** Setor de Anatomia Patológica (IV, anexo 1, sala de necropsia)

**RESPONSÁVEL:** Prof. Daniel Guimarães Ubiali 3701718

DIMENSIONAMENTO MENSAL		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (KG)
1	A1	Não há
2	A2	800 kg/mês
3	E	5 kg/mês

RECIPIENTE DE ARMAZENAMENTO		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (MENSAL/SEMESTRAL)
1	Descarpack 3L.	6 Recipientes
2	Descarpack 7L.	-
3	Descarpack 13L.	-
4	Descarpack 20L.	-
5	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 50 L.	-
6	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 120L.	-
7	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 240L.	1 Contentor
8	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor branca).	-
9	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor branca).	-
10	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor branca).	-
11	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor branca).	400 sacos
12	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor vermelha).	-
13	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor vermelha).	-
14	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor vermelha).	-
15	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor vermelha).	400 sacos

### DESCRIÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO CONAMA Nº 358, DE 29/04/2005:

- SUBGRUPO A1**

Culturas e estoques de micro-organismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de micro-organismos vivos ou atenuados; meios de



cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética;

Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido;

Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta; Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

- **SUBGRUPO A2:**

Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.

- **RESÍDUOS GRUPO E**

Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; ponteiras de pipetas automáticas e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

## DIMENSIONAMENTO DO QUANTITATIVO DE RESÍDUOS DE SAÚDE

**LOCAL:** Departamento de Ciências Fisiológicas - ICBS

**RESPONSÁVEL:** Bruno Guimarães Marinho

DIMENSIONAMENTO MENSAL		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (KG)
1	A1	
2	A2	20 kg
3	E	

RECIPIENTE DE ARMAZENAMENTO		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (MENSAL/SEMESTRAL)
1	Descarpack 3L.	2/ semestre
2	Descarpack 7L.	8/semestre
3	Descarpack 13L.	2/semestre
4	Descarpack 20L.	2/semestre
5	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 50 L.	10
6	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 120L.	4
7	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 240L.	1
8	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor branca).	30/mensal
9	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor branca).	20/mensal
10	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor branca).	50/mensal
11	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor branca).	
12	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor vermelha).	
13	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor vermelha).	
14	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor vermelha).	
15	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor vermelha).	

### DESCRIÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO CONAMA Nº 358, DE 29/04/2005:

- SUBGRUPO A1**

Culturas e estoques de micro-organismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de micro-organismos vivos ou atenuados; meios de



cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética;

Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido;

Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta; Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

- **SUBGRUPO A2:**

Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.

- **RESÍDUOS GRUPO E**

Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; ponteiras de pipetas automáticas e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

## DIMENSIONAMENTO DO QUANTITATIVO DE RESÍDUOS DE SAÚDE

[iveterinaria@ufrri.br](mailto:iveterinaria@ufrri.br)

**NOME DO LABORATÓRIO/SETOR: LABORATÓRIO DE PARASITOLOGIA DE PEIXES E MAMÍFEROS SILVESTRES E SINANTRÓPICOS**

**LOCAL: INSTITUTO DE VETERINÁRIA / ANEXO 1/ PSA / SALAS 23 E 24**

**RESPONSÁVEL: JOSÉ LUIS LUQUE E RAQUEL DE OLIVEIRA SIMÕES**

DIMENSIONAMENTO MENSAL		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (KG)
1	A1	0
2	A2	20
3	E	1

RECIPIENTE DE ARMAZENAMENTO		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (MENSAL/SEMESTRAL)
1	Descarpack 3L.	0
2	Descarpack 7L.	0
3	Descarpack 13L.	1/Semestre
4	Descarpack 20L.	0
5	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 50 L.	0
6	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 120L.	0
7	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 240L.	0
8	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor branca).	0
9	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor branca).	0
10	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor branca).	0
11	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor branca).	0
12	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor vermelha).	0
13	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor vermelha).	50/Semestre
14	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor vermelha).	0
15	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor vermelha).	0

**DESCRIÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO CONAMA N° 358, DE 29/04/2005:**

- SUBGRUPO A1**

Culturas e estoques de micro-organismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de micro-organismos vivos ou atenuados; meios de



cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética;

Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido;

Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta; Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

- **SUBGRUPO A2:**

Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.

- **RESÍDUOS GRUPO E**

Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; ponteiras de pipetas automáticas e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

## DIMENSIONAMENTO DO QUANTITATIVO DE RESÍDUOS DE SAÚDE

**LOCAL:** Farmácia Escola Magistral (DCFar/ICBS)

**RESPONSÁVEL:** VIVIANE DE SOUZA MAGALHAES

DIMENSIONAMENTO MENSAL		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (KG)
1	A1	1
2	A2	0
3	E	0,1

RECIPIENTE DE ARMAZENAMENTO		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (MENSAL/SEMESTRAL)
1	Descarpack 3L.	1 mensal
2	Descarpack 7L.	0
3	Descarpack 13L.	0
4	Descarpack 20L.	0
5	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 50 L.	0
6	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 120L.	1 (anual)
7	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 240L.	0
8	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor branca).	0
9	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor branca).	0
10	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor branca).	30 mensal
11	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor branca).	0
12	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor vermelha).	0
13	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor vermelha).	0
14	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor vermelha).	0
15	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor vermelha).	0

**DESCRIÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO CONAMA N° 358, DE 29/04/2005:**

- SUBGRUPO A1**

Culturas e estoques de micro-organismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de micro-organismos vivos ou atenuados;



meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética;

Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido;

Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta;

Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

- **SUBGRUPO A2:**

Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.

- **RESÍDUOS GRUPO E**

Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; ponteiras de pipetas automáticas e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.



## DIMENSIONAMENTO DO QUANTITATIVO DE RESÍDUOS DE SAÚDE

**NOME DO LABORATÓRIO/SETOR:** Sala de Técnicas Cirúrgicas

**LOCAL:** INSTITUTO DE VETERINÁRIA / Centro Cirúrgico de Grandes Animais/ Sala de Técnicas Cirúrgicas.

**RESPONSÁVEL:**

DIMENSIONAMENTO MENSAL		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (KG)
1	A1	-
2	A2	25
3	E	2

RECIPIENTE DE ARMAZENAMENTO		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (MENSAL/SEMESTRAL)
1	Descarpack 3L.	-
2	Descarpack 7L.	8
3	Descarpack 13L.	-
4	Descarpack 20L.	-
5	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 50 L.	2
6	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 120L.	-
7	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 240L.	-
8	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor branca).	-
9	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor branca).	-
10	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor branca).	16
11	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor branca).	-
12	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor vermelha).	-
13	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor vermelha).	-
14	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor vermelha).	-
15	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor vermelha).	-

**DESCRIÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO CONAMA Nº 358, DE 29/04/2005:**

- SUBGRUPO A1**

Culturas e estoques de micro-organismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de micro-organismos vivos ou atenuados; meios de



cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética;

Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido;

Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta; Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

- **SUBGRUPO A2:**

Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.

- **RESÍDUOS GRUPO E**

Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; ponteiras de pipetas automáticas e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

## DIMENSIONAMENTO DO QUANTITATIVO DE RESÍDUOS DE SAÚDE

**NOME DO LABORATÓRIO/SETOR:** Laboratório de Patologia Clínica veterinária (LABVET),

**LOCAL:** INSTITUTO DE VETERINÁRIA / SALA 62 (LABVET)

**RESPONSÁVEL:** Andresa Guimarães e Cristiane Divan Baldani

DIMENSIONAMENTO MENSAL		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (KG)
1	A1	10
2	A2	0
3	E	7

RECIPIENTE DE ARMAZENAMENTO		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (MENSAL/SEMESTRAL)
1	Descarpack 3L.	-
2	Descarpack 7L.	-
3	Descarpack 13L.	2/12
4	Descarpack 20L.	-
5	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 50 L.	1 unidade apenas
6	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 120L.	-
7	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 240L.	-
8	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor branca).	-
9	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor branca).	8/48
10	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor branca).	-
11	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor branca).	-
12	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor vermelha).	-
13	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor vermelha).	-
14	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor vermelha).	-
15	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor vermelha).	-

**DESCRIÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO CONAMA N° 358, DE 29/04/2005:**

- SUBGRUPO A1**

Culturas e estoques de micro-organismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de micro-organismos vivos ou atenuados; meios de



cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética;

Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido;

Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta; Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

- **SUBGRUPO A2:**

Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.

- **RESÍDUOS GRUPO E**

Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; ponteiras de pipetas automáticas e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

## DIMENSIONAMENTO DO QUANTITATIVO DE RESÍDUOS DE SAÚDE

**NOME DO LABORATÓRIO/SETOR: LABORATÓRIO DE ESTUDO DA INTERAÇÃO PARASITO-HOSPEDEIRO (LEIPH)**

**LOCAL: INSTITUTO DE VETERINÁRIA / ANEXO 1/ BLOCO A/ SALA 29 E SALA 46**

**RESPONSÁVEL: BRUNA DE AZEVEDO BAETA**

DIMENSIONAMENTO MENSAL		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (KG)
1	A1	12KG
2	A2	0
3	E	1 KG

RECIPIENTE DE ARMAZENAMENTO		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (MENSAL/SEMESTRAL)
1	Descarpack 3L.	2 SEMESTRAL
2	Descarpack 7L.	2 SEMESTRAL
3	Descarpack 13L.	
4	Descarpack 20L.	
5	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 50 L.	
6	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 120L.	
7	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 240L.	
8	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor branca).	
9	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor branca).	
10	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor branca).	12 SACOS MENSAIS
11	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor branca).	
12	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor vermelha).	
13	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor vermelha).	
14	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor vermelha).	
15	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor vermelha).	

**DESCRIÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO CONAMA N° 358, DE 29/04/2005:**

- SUBGRUPO A1**

Culturas e estoques de micro-organismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de micro-organismos vivos ou atenuados; meios de



cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética;

Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido;

Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta; Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

- **SUBGRUPO A2:**

Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.

- **RESÍDUOS GRUPO E**

Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; ponteiras de pipetas automáticas e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

## DIMENSIONAMENTO DO QUANTITATIVO DE RESÍDUOS DE SAÚDE

**NOME DO LABORATÓRIO/SETOR:** Setor de Anatomia Patológica/Laboratório de Histopatologia, Imunohistoquímica, Sala de Necropsia e Museu Tokarnia

**LOCAL:** INSTITUTO DE VETERINÁRIA / Anexo 1 do IV

**RESPONSÁVEL:** Vivian de Assunção Nogueira Carvalho, Marilene de Farias Brito, Ticiano do Nascimento França

DIMENSIONAMENTO MENSAL		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (KG)
1	A1	350 – 400 kg de carcaça por mês (pode ser mais ou menos, pois depende das espécies necropsiadas)
2	A2	
3	E	4kg em média

RECIPIENTE DE ARMAZENAMENTO		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (MENSAL/SEMESTRAL)
1	Descarpack 3L.	2/8
2	Descarpack 7L.	
3	Descarpack 13L.	
4	Descarpack 20L.	
5	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 50 L.	
6	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 120L.	
7	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 240L.	
8	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor branca).	
9	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor branca).	
10	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor branca).	30/180
11	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor branca).	30/180
12	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor vermelha).	
13	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor vermelha).	
14	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor vermelha).	30/180
15	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor vermelha).	30/180

**DESCRIÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO CONAMA Nº 358, DE 29/04/2005:**

- SUBGRUPO A1**

Culturas e estoques de micro-organismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de micro-organismos vivos ou atenuados; meios de





cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética;

Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido;

Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta; Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

- **SUBGRUPO A2:**

Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.

- **RESÍDUOS GRUPO E**

Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; ponteiras de pipetas automáticas e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.



## DIMENSIONAMENTO DO QUANTITATIVO DE RESÍDUOS DE SAÚDE

**LOCAL:** Laboratório de Controle Microbiano- Estação Experimental W.O.Neitz

**RESPONSÁVEL:** Vânia Bittencourt

DIMENSIONAMENTO MENSAL		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (KG)
1	A1	50 kg
2	A2	-
3	E	5 kg

RECIPIENTE DE ARMAZENAMENTO		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (MENSAL/SEMESTRAL)
1	Descarpack 3L.	15/semestre
2	Descarpack 7L.	15/semestre
3	Descarpack 13L.	-
4	Descarpack 20L.	18/semestre
5	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 50 L.	4/semestre
6	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 120L.	3/semestre
7	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 240L.	1/semestre
8	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor branca).	100/semestre
9	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor branca).	200/semestre
10	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor branca).	-
11	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor branca).	200/semestre
12	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor vermelha).	-
13	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor vermelha).	-
14	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor vermelha).	-
15	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor vermelha).	-

**DESCRIÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO CONAMA N° 358, DE 29/04/2005:**

- SUBGRUPO A1**

Culturas e estoques de micro-organismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de micro-organismos vivos ou atenuados;



meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética;

Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido;

Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta;

Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

- **SUBGRUPO A2:**

Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.

- **RESÍDUOS GRUPO E**

Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; ponteiras de pipetas automáticas e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

## DIMENSIONAMENTO DO QUANTITATIVO DE RESÍDUOS DE SAÚDE

**NOME DO LABORATÓRIO/SETOR: LABORATÓRIO DE DOENÇAS PARASITÁRIAS - CULTIVO DE CÉLULAS**

**LOCAL: INSTITUTO DE VETERINÁRIA / ANEXO 1 DO IV, BLOCO A, SALAS 31, 32, 33 e 46**

**RESPONSÁVEL: TIAGO MARQUES DOS SANTOS / MATHEUS DIAS CORDEIRO**

DIMENSIONAMENTO MENSAL		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (KG)
1	A1	10 kg
2	A2	
3	E	0,5

RECIPIENTE DE ARMAZENAMENTO		
ITEM	TIPO	QUANTITATIVO (MENSAL/SEMESTRAL)
1	Descarpack 3L.	01/mensal
2	Descarpack 7L.	
3	Descarpack 13L.	
4	Descarpack 20L.	
5	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 50 L.	
6	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 120L.	
7	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 240L.	
8	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor branca).	30/mensal
9	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor branca).	15/mensal
10	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor branca).	
11	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor branca).	
12	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor vermelha).	
13	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor vermelha).	
14	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor vermelha).	
15	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor vermelha).	

**DESCRIÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO CONAMA N° 358, DE 29/04/2005:**

- SUBGRUPO A1**

Culturas e estoques de micro-organismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de micro-organismos vivos ou atenuados; meios de

cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética;

Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido;

Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta; Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

- **SUBGRUPO A2:**

Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.

- **RESÍDUOS GRUPO E**

Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; ponteiras de pipetas automáticas e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

## ANEXO - PAINEL DE PREÇOS



MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA  
R\$ 8,67

MEDIANA  
R\$ 8,10

MENOR  
R\$ 5

## FILTROS APLICADOS

Descrição  
COLETA / TRATAMENTO LIXO - HOSPITALAR, TRATAMENTO DE RESIDUOS, INCINERACAO / ATERRAMENTO - RESIDUOS INDUSTRIAIS / LIXO ESPECIAL

Ano da Compra Modalidade da Compra Esfera Região Brasil  
2024, 2025 Pregão Federal, Estadual SUDESTE

Quantidade total de registros: 11  
Registros apresentados: 1 a 11

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00025/2023	00003	Pregão	24708	TRATAMENTO DE RESIDUOS		KG	1.500	R\$7,89	IDEAL COLETA AMBIENTAL LTDA	INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ	443020 - INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTÂNICO DO RJ	05/11/2024
90015/2024	00001	Pregão	1333	INCINERACAO / ATERRAMENTO - RESIDUOS INDUSTRIAIS / LIXO ESPECIAL		UN	10.000	R\$10,30	SERQUIP - TRATAMENTO DE RESIDUOS MG LTDA	UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI	153036 - UNIV.FED.DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	05/11/2024
90038/2024	00001	Pregão	1333	INCINERACAO / ATERRAMENTO - RESIDUOS INDUSTRIAIS / LIXO ESPECIAL		UN	300	R\$11,20	AMBIENTEC SOLUCOES EM RESIDUOS LTDA	UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI	153036 - UNIV.FED.DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	29/11/2024
90038/2024	00005	Pregão	1333	INCINERACAO / ATERRAMENTO - RESIDUOS INDUSTRIAIS / LIXO ESPECIAL		UNIDADE	3.000	R\$11,90	AMBIENTEC SOLUCOES EM RESIDUOS LTDA	UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI	153036 - UNIV.FED.DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	29/11/2024

90038/2024	00003	Pregão	1333	INCINERACAO / ATERRAMENTO - RESIDUOS INDUSTRIAIS / LIXO ESPECIAL		UNIDADE	1.000	R\$13	AMBIENTEC SOLUCOES EM RESIDUOS LTDA	UNIVERSIDADE FED. VALES JEQUITINHONHA E MUCURI	153036 - UNIV.FED.DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	29/11/2024
90043/2024	00002	Pregão	19380	COLETA / TRATAMENTO LIXO - HOSPITALAR		KG	212	R\$6,50	SERVIOESTE SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160242 - BASE ADMINISTRATIVA DO COMPLEXO DE SAÚDE RJ	08/01/2025
90054/2024	00001	Pregão	19380	COLETA / TRATAMENTO LIXO - HOSPITALAR		KG	8.680	R\$8,33	CHEIRO VERDE COMERCIO DE MATERIAL RECICLAVEL AMBIENTAL LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155900 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DE SÃO CARLOS	24/01/2025
90074/2024	00001	Pregão	19380	COLETA / TRATAMENTO LIXO - HOSPITALAR		KG	900	R\$6	CHEIRO VERDE COMERCIO DE MATERIAL RECICLAVEL AMBIENTAL LTDA	ESP-SECRETARIA DA SAUDE	090182 - ESP-INST. LAURO DE SOUZA LIMA, EM BAURU	01/10/2024
90089/2024	00003	Pregão	19380	COLETA / TRATAMENTO LIXO - HOSPITALAR		KILOGRAMA	90.000	R\$5	PRESERVE AMBIENTAL PRESTACAO DE SERVICOS LTDA	MINISTERIO DA SAUDE	250059 - INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA	06/08/2024
90136/2024	00002	Pregão	19380	COLETA / TRATAMENTO LIXO - HOSPITALAR		KG	58.752	R\$7,17	SERVIOESTE SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA	MINISTERIO DA SAUDE	250059 - INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA	05/12/2024
90313/2024	00001	Pregão	19380	COLETA / TRATAMENTO LIXO - HOSPITALAR		KG	7.000	R\$8,10	MULTILIXO REMOCOES DE LIXO LTDA	ESP-SECRETARIA DA SAUDE	090141 - ESP-HOSP. GUILHERME ALVARO, SANTOS	04/12/2024

Processo Administrativo nº: 23083.025912/2025-83.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final adequada de resíduos de serviços de saúde (RSS), gerados pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

### INFORMAÇÕES SOBRE MATERIAIS, CAMINHÃO E BALANÇA.

#### **Contentores:**

Devem ser de material lavável, resistentes a ruptura e vazamento, com tampa provida de sistema de abertura sem contato manual, com cantos arredondados e resistentes a tombamento.

Serão solicitados contentores de 50/120/240 litros nas quantidades estabelecidas nos documentos de planejamento.

Imagem ilustrativa:



Será de responsabilidade da contratada a disponibilização, adesivação com material de qualidade e proteção UV na parte externa dos contentores conforme imagem abaixo:

Imagem ilustrativa:





### Sacos:

Devem ser constituídos de material resistente a ruptura e vazamento, impermeável, devendo ser respeitado seu limite de capacidade, sendo proibido o reaproveitamento.

Serão solicitados sacos vermelhos e brancos de 30/50/100/200 litros nas quantidades estabelecidas nos documentos de planejamento.

Imagem ilustrativa:

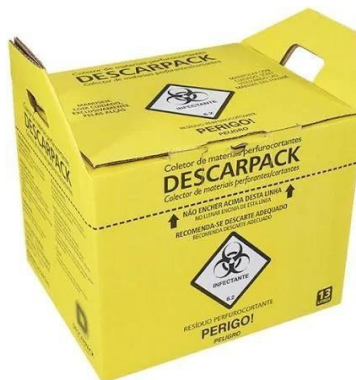


### Descarpack:

Recipiente rígido, estanque e resistente a ruptura e vazamento, impermeável cilíndrico ou retangular, com tampa que permita fechamento seguro e sem necessidade de reabertura., contendo a simbologia.

Serão solicitados descarpack amarelo/branco de 3/7/13/20 litros nas quantidades estabelecidas nos documentos de planejamento.

Imagem ilustrativa:



### **Balança:**

Balança móvel de plataforma, com capacidade de pesagem de até 400 kg, possuir estrutura robusta, com plataforma antiderrapante em aço carbono ou aço inoxidável, resistente à corrosão, compatível com a pesagem de bombonas, caixas e sacos. O equipamento deve ser provido de sistema de mobilidade dotado das funções de tara, zero, acumulação de pesagens e comando de impressão de ticket.

A balança deverá ter resolução mínima de 100 g (preferencialmente 50 g), e garantir precisão conforme as normas do INMETRO, com selo de verificação e certificado de aferição válido. A alimentação deve ser bivolt (110/220 V), com bateria interna recarregável que permita autonomia mínima de 24 horas de operação contínua.

O equipamento deve possuir impressora térmica integrada ou acoplada ao visor indicador, com emissão de ticket contendo, no mínimo, as seguintes informações: peso registrado, data e hora da pesagem, e identificação do operador ou número da pesagem. A impressora deve utilizar papel térmico em rolo.

### **Caminhão:**

O veículo destinado à coleta externa dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) dos grupos A1, A2 e E deverá ser do tipo caminhão baú ou furgão fechado, exclusivo para essa finalidade. O compartimento de carga deve ser totalmente vedado, separado da cabine do motorista e construído com material resistente, impermeável, lavável e de fácil higienização, permitindo a desinfecção regular após cada ciclo de transporte, conforme exigido pela RDC ANVISA nº 222/2018 e pela Resolução CONAMA nº 358/2005.

Deve contar com sistema de contenção de líquidos, como calhas ou canaletas, para prevenir vazamentos durante o transporte. O veículo deve ter ventilação adequada, protegida contra entrada de vetores e sem liberação direta de odores para o meio ambiente.

Deve contar com sistema de contenção de líquidos, como calhas ou canaletas, para prevenir vazamentos durante o transporte. O veículo deve ter ventilação adequada, protegida contra entrada de vetores e sem liberação direta de odores para o meio ambiente.

Externamente, o caminhão deve estar identificado com o símbolo internacional de risco biológico, a inscrição “Transporte de Resíduos de Serviços de Saúde – Infectante” e a numeração da ONU correspondente, conforme a ABNT NBR 7500:2018. Essa sinalização deve estar afixada de forma visível nas laterais e na traseira do veículo.

Independente do veículo deve ter, durante o período de vigência do contrato, inclusive sua prorrogação caso aconteça, no máximo 5 anos de uso, para garantir a integridade física do veículo.

Em nenhum caso será admitida pela UFRRJ a substituição do veículo coletor da frota da CONTRATADA a serviço do contrato por outro de ano de fabricação anterior ao do substituído, salvo exposição de motivos pela CONTRATADA e aceito pela fiscalização.

A CONTRATADA não poderá permitir a permanência de qualquer veículo de sua propriedade na via pública, quando não estiver em serviço, salvo mediante autorização expressa da UFRRJ.

O veículo deverá estar equipado com tacógrafo.

#### **Combustíveis, óleos e lubrificantes:**

A contratada deverá fornecer o abastecimento do caminhão durante toda a execução do serviço com o combustível adequado.

A CONTRATADA deverá arcar com as despesas relativas à troca de óleo/lubrificantes, filtros e demais suprimentos necessários ao fiel cumprimento do objeto do contrato de acordo com orientação do fabricante.

Imagem ilustrativa:



QUANTIDADES DE MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELA CONTRATADA.

QUANTITATIVO (MATERIAIS)					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade Mínima a ser solicitada	Quantidade Total	Quantidade ano
1	Descarpack 3L.	unid./mês	34	41	492
2	Descarpack 7L.	unid./mês	40	48	576
3	Descarpack 13L.	unid./mês	44	53	636
4	Descarpack 20L.	unid./mês	24	29	348
5	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 50 L.	unid./semestre	24	29	58
6	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 120L.	unid./semestre	11	13	26
7	Contentor branco com rodízio e tampa de pedal 240L.	unid./semestre	23	18	36

8	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor branca).	unid./mês	711	853	10236
9	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor branca).	unid./mês	1150	1380	16560
10	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor branca).	unid./mês	1246	1495	17940
11	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor branca).	unid./mês	930	1116	13392
12	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 30L (cor vermelha).	unid./mês	100	120	1440
13	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 50L (cor vermelha).	unid./mês	115	138	1656
14	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 100L (cor vermelha).	unid./mês	130	156	1872
15	Sacos plástico para descarte de resíduos infectantes 200L (cor vermelha).	unid./mês	620	744	8928

A quantidade mínima a ser solicitada é a quantidade que efetivamente foi dimensionada pelos setores competentes, entretanto foi acrescido uma margem de segurança de 20% para atendimento a futuras necessidades da UFRRJ.



Processo Administrativo nº: 23083.025912/2025-83.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final adequada de resíduos de serviços de saúde (RSS), gerados pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

### LOCAIS DE COLETA DE RSS



SETORES		
LOCAIS	ENDEREÇO	Nº DO MAPA
Hospital Veterinário/ Instituto de Veterinária;	Rodovia BR 465, Km 07 - Zona Rural;	1
Laboratório de Bacteriologia Veterinária - LabacVet;	Rodovia BR 465, Km 07 - Zona Rural;	1
Setor de Anatomia Patológica (IV, anexo 1, sala de necropsia);	Rodovia BR 465, Km 07 - Zona Rural;	1
Instituto de Veterinária / ANEXO 1/ PSA / SALAS 23 E 24;	Rodovia BR 465, Km 07 - Zona Rural;	1
Instituto de Veterinária/ Centro Cirúrgico de Grandes Animais/ Sala de Técnicas Cirúrgicas;	Rodovia BR 465, Km 07 - Zona Rural;	1

Instituto de Veterinária / SALA 62 (LABVET);	Rodovia BR 465, Km 07 - Zona Rural;	1
Instituto de Veterinária / ANEXO 1/ BLOCO A/ SALA 29 E SALA 46;	Rodovia BR 465, Km 07 - Zona Rural;	1
Instituto de Veterinária / Anexo 1 do IV;	Rodovia BR 465, Km 07 - Zona Rural;	1
Instituto de Veterinária / ANEXO 1 DO IV, BLOCO A, SALAS 31, 32, 33 e 46;	Rodovia BR 465, Km 07 - Zona Rural;	1
Instituto de Veterinária / DESP / SALA : 37;	Rodovia BR 465, Km 07 - Zona Rural;	1
LQEPV (ANEXO I – PSA) + CURRAL (ÁREA 2 DO LQEPV);	Ecologia, Seropédica - RJ, 23890-000	2
Departamento de Ciências Fisiológicas	Rodovia BR 465, Km 07 - Zona Rural;	3
Bovino Cultura de Leite;	Unnamed Road - Ufrj, Seropédica - RJ, 23890-000;	4
Laboratório de Controle Microbiano- Estação Experimental W.O.Neitz	Ufrj, Seropédica - RJ, 23890-000;	5
Farmácia Escola Magistral da UFRRJ	BR-465, km 07 - Ufrj;	6
Setor de Cunicultura	Ufrj, Seropédica - RJ, 23890-000	7
Prédio de Avicultura	Unnamed Rd, Rod. Rj - Ufrj, Seropédica - RJ, 23890-000	8
Setor de Suinocultura	Estr. Rio São Paulo, 8082 - Ufrj;	9
Setor de Garanhões	Ufrj, Seropédica - RJ, 23890-000	10
Setor de Bovinocultura de corte	Ufrj, Seropédica - RJ, 23890-000	11
Setor de Pequenos Ruminantes	R. UT - Ufrj, Seropédica - RJ, 23897-185	12

Comprovante de coleta			
Setor:			
Data		A1 (KG)	
Ter/Serv.		A2 (KG)	
CPF/Siape		E (KG)	
Ass.			
Comprovante de coleta			
Setor:			
Data		A1 (KG)	
Ter/Serv.		A2 (KG)	
CPF/Siape		E (KG)	
Ass.			

Comprovante de coleta			
Setor:			
Data		A1 (KG)	
Ter/Serv.		A2 (KG)	
CPF/Siape		E (KG)	
Ass.			
Comprovante de coleta			
Setor:			
Data		A1 (KG)	
Ter/Serv.		A2 (KG)	
CPF/Siape		E (KG)	
Ass.			
Comprovante de coleta			
Setor:			
Data		A1 (KG)	
Ter/Serv.		A2 (KG)	
CPF/Siape		E (KG)	
Ass.			
Comprovante de coleta			
Setor:			
Data		A1 (KG)	
Ter/Serv.		A2 (KG)	
CPF/Siape		E (KG)	
Ass.			
Comprovante de coleta			
Setor:			
Data		A1 (KG)	
Ter/Serv.		A2 (KG)	
CPF/Siape		E (KG)	
Ass.			





**UFRRJ** UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL  
DO RIO DE JANEIRO

**MODELO DE MEDIÇÃO DE COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE.  
UFRRJ CAMPUS SEROPÉDICA.**

Empresa:

CNPJ:

MÊS DE REFERÊNCIA :

DATA	PLACA	MOTORISTA		A1	A2	E
			PESO AFERIDO			
			N° MANIFESTO			
			PESO AFERIDO			
			N° MANIFESTO			
			PESO AFERIDO			
			N° MANIFESTO			
			PESO AFERIDO			
			N° MANIFESTO			
			TOTAL	0	0	0
			VALOR CONTRATUAL	R\$:	R\$:	R\$:

<b>TOTAL FATURAMENTO</b>	#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!
<b>VALOR DA NOTA</b>	#VALOR!		

\_\_\_\_\_  
assinatura da gestão



---

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 67/2025 - CASTE (11.39.00.28)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

**(Assinado digitalmente em 21/08/2025 19:15 )**

**AMELSIDEQUI CAMILO DE OLIVEIRA**

TECNICO DE LABORATORIO AREA

CASTE (11.39.00.28)

Matricula: ###65#1

**(Assinado digitalmente em 20/08/2025 10:02 )**

**EVANDRO SILVA PEREIRA COSTA**

COORDENADOR - TITULAR

CASTE (11.39.00.28)

Matricula: ###473#4

**(Assinado digitalmente em 20/08/2025 09:03 )**

**ODUVALDO FERRAZ DE ABREU JUNIOR**

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

CASTE (11.39.00.28)

Matricula: ###532#3

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: 67, ano: 2025, tipo: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**, data de emissão: 19/08/2025 e o código de verificação: 493f47064d



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

## MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

(Avaliação da qualidade dos serviços)

- 1.1 **OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final adequada de resíduos de serviços de saúde (RSS), gerados pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- 1.2 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo I, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 1.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 1.4 O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

Indicador	
Nº 01 – Adequação dos serviços prestados	
Item	Descrição
Finalidade	Cumprimento dos serviços relacionados no Termo de Referência e ou nas Especificações Técnicas e suas respectivas adequações.
Meta a cumprir	100% dos serviços realizados e adequados à respectiva Administração
Instrumento de medição	Planilha de controle dos serviços executados, conforme modelo abaixo indicado.
Forma de acompanhamento	Realização mensal de Checklist por parte da fiscalização do contrato, da execução dos serviços, conforme perspectiva de adequação da Administração e posterior lançamento do resultado na planilha de controle.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	% de serviços adequados e executado dentro do mês de referência (total de serviços adequados e executados dentro do mês de referência/total de serviços estabelecidos por período) * 100





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Início da vigência	Data de início da execução dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	- 95% a 100% dos serviços = recebimento de 100% da fatura - 80% a 94,99% dos serviços = recebimento de 95% da fatura - 70% a 79% dos serviços = recebimento de 85% da fatura - 60% a 69% dos serviços = recebimento de 80% da fatura
Sanção	Abaixo de 60% dos serviços – multa conforme item VIII do Termo de Referência
Observações	

CHECKLIST – serviços			
Empresa		Mês de referencia:	
Serviços a Realizar: descrição conforme o TR e as Especificações Técnicas quando existirem		Adequação – Expectativa da Administração	
ITEM	DESCRIÇÃO	ADEQUADO	INADEQUADO
1	Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao Preposto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providencias de regularização necessárias;		
2	Controle e uso racional de material de segurança (vai ser verificado se o funcionário utiliza e manipula de maneira racional e adequado os materiais e equipamentos de segurança, disponibilizados para o desempenho das atividades);		
3	Qualificação dos profissionais alocados (verificação se os funcionários são qualificados e exercem as atividades específicas da função, conforme descrição do Termo de Referência e seu demais anexos, quando houver);		
4	Qualidade do veículo usado pela contratada para coleta interna;		
5	Coletas periódicas conforme combinado em contrato/documentos de planejamento;		
6	Fornecimento/substituição de recipientes para armazenamento provisório, conforme o tipo de serviço contratado pela Administração;		
7	Operacionalização e desenvolvimento de todas as atividades necessárias para a consecução do objeto;		
8	Entrega de ticket de pesagem emitido na instituição conforme exigido nos instrumentos de contratação;		
9	Entrega de relatório com peso/setor/assinatura de responsável conforme exigido nos instrumentos de contratação;		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

10	Relatórios/medição de serviços elaborados pelo proponente e entregues a UFRRJ;		
11	Sem coletas no período noturno;		
12	Atendimento às ocorrências dentro do prazo máximo estabelecido e na qualidade desejada;		
13	Estado de limpeza dos veículos;		
14	Vias sem resíduos eventualmente caídos do veículo;		
<b>TOTAIS</b>			

**PLANILHA DE CONTROLE DOS SERVIÇOS ADEQUADOS EXECUTADOS**

Mês de Referência: \_\_\_\_\_/201x

Serviços – Check List	Quantidade dos serviços adequados a serem realizados (B)	Quantidade dos serviços adequados efetivamente realizados (C)	Porcentagem do serviço realizado (D)
Serviço de Vigilância			

- (A) Todos os Serviços/Tarefas a serem executados pela Contratada mensalmente e de forma adequada à expectativa da Administração, conforme o Termo de Referência e as Especificações Técnicas, quando existirem.
- (B) A quantidade dos serviços adequados a serem realizados seguirá as Tarefas descritas no Termo de Referência e nas Especificações Técnicas, quando existirem, e deverá ser preenchida por servidor formalmente designado pela UFRRJ como fiscal do contrato,
- (C) A quantidade dos serviços adequados realizados é o número de serviços efetivamente realizados, devidamente adequados à expectativa da Administração estabelecido no Termo de Referência e nas Especificações Técnicas, quando existirem.
- (D) A porcentagem do serviço será mensurada mediante o cálculo  $(CB) \cdot 100$ , ou seja, a quantidade dos serviços efetivamente executados sobre a quantidade dos serviços a serem realizados, vezes 100(cem). Este cálculo informará o percentual do serviço que foi realizado, ensejando o respectivo ajuste no pagamento.

**Obs.:** O levantamento dos serviços realizados dentro dos padrões e devidamente adequados à expectativa da Administração será executado pelo Fiscal do Contrato designado pela Administração, com possibilidade de acompanhamento por pessoa designada pela empresa, sendo que, neste caso, ambos deverão assinar a planilha correspondente.

**Obs. 1:** A vistoria dos serviços executados pela CONTRATADA será realizado por amostragem, de maneira aleatória, nas Unidades e Postos que a Fiscalização achar conveniente, podendo, a seu critério, por medida de comprovação, repetir o CheckList em outra Unidade ou Posto no caso de não atendimento da meta.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS  
COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E GESTÃO DE ESPAÇO FÍSICO

(Processo Administrativo nº 23083.025912/2025-83)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE  
JANEIRO E .....

A UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Rodovia BR 465 - Km 07, Campus Universitário, Município de Seropédica, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 23.897-000, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 29.427.465/0001-05, neste ato representado(a) pelo(a) pelo seu Magnífico Reitor, Professor Roberto de Souza Rodrigues, nomeado(a) pelo Decreto de 17 de março de 2025, publicada no DOU de 18 de março de 2025, portador da Matrícula Funcional nº 2452375, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 23083.025912/2025-83 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico] OU [Concorrência] OU [Dispensa de Licitação] OU [Inexigibilidade de Licitação] nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de coleta, transporte, tratamento e destinação final adequada de resíduos de serviços de saúde (RSS), gerados pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Coleta / Tratamento Lixo – Hospitalar Grupo A, subgrupo A1.	19380	kg			

Comentado [A1]: ORIENTAÇÕES PARA USO DO MODELO – LEITURA OBRIGATORIA

- 1) O presente modelo de Contrato procura fornecer um ponto de partida para a definição do objeto e condições da contratação. As cláusulas contidas nos modelos de minuta contratual, ao contrário do TR, foram feitas para sofrerem poucas alterações. No entanto, havendo a necessidade de modificações, remanesce plenamente possível assim proceder.
- 2) A redação em preto consiste no que se espera ser invariável. Ela até pode sofrer modificações a depender do caso concreto, mas a diferença é que não são disposições feitas para variar. Por essa razão, quaisquer modificações nas partes em preto, sem marcação de itálico, devem necessariamente ser justificadas nos autos, sem prejuízo de eventual consulta ao órgão de assessoramento jurídico respectivo, a depender da matéria.
- 3) Os itens deste modelo destacados em vermelho itálico devem ser preenchidos ou adotados pelo órgão ou entidade pública contratante segundo critérios de oportunidade e conveniência, de acordo com as peculiaridades do objeto e cuidando-se para que sejam reproduzidas as mesmas definições nos demais instrumentos da contratação (minuta do Edital, se for o caso, e minuta de Termo de Referência), para que não conflitem. São previsões feitas para variarem. Eventuais justificativas podem ser exigidas a depender do caso.
- 4) Alguns itens receberam notas explicativas, destacadas para compreensão do agente ou setor responsável pela elaboração da Minuta Contratual, que deverão ser devidamente suprimidas ao se finalizar o documento na versão original.
- 5) Recomenda-se indicar no processo a versão (mês e ano) utilizada para elaboração da minuta, em especial ao encaminhar o feito para análise jurídica. Tal informação consta no rodapé do documento. Essa indicação pode ocorrer expressamente no despacho de encaminhamento ou mantendo-se o rodapé na minuta encaminhada, conforme o caso. É um dado importante já que indica qual o parâmetro a ser utilizado na checagem.
- 6) O registro das atualizações feitas (Nota de Atualização) em cada versão pode ser obtido na página principal dos modelos de licitações e contratos no site eletrônico da AGU. Quaisquer sugestões de alteração poderão ser encaminhadas ao e-mail: [agu.modeloscontratacao@agu.gov.br](mailto:agu.modeloscontratacao@agu.gov.br)
- 7) Este modelo poderá ser adotado por todos os entes federados, conforme estabelece o inciso IV do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com a realização das adequações eventualmente necessárias, sobretudo em virtude da possível existência de normas locais específicas, que poderão ser consideradas no caso concreto.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

2	Coleta / Tratamento Lixo – Hospitalar Grupo A, subgrupo A2.	19380	kg			
3	Coleta / Tratamento Lixo – Hospitalar Grupo E.	19380	kg			

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. [O Edital da Licitação]
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados do(a) **assinatura do contrato**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
  - 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
  - 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
  - 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
  - 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
  - 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato, itens 5 e 6.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato, item 4.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos serviços efetivamente fornecidos.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, no item 7.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato, no item 7.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;



## TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

- 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
  - 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
  - 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
  - 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
  - 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
  - 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
    - 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de **10 dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
  - 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **60 dias**;
  - 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
  - 8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta e sete seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

## TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

### CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

## TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, item 4.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato, item 8.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

## TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 13.5.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.5.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.5.3. Das indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.7. O CONTRATANTE poderá ainda:

- 13.7.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 13.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/XXXX**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Rio de Janeiro, Seção Judiciária de Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

1-

2-



---

*MINUTA DE CONTRATO Nº 4/2026 - CGCEF (12.28.01.00.64)*

*(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)*

*(Assinado digitalmente em 04/03/2026 13:57 )*

JAMILLE MAIA RAMOS

COORDENADOR - TITULAR

CGCEF (12.28.01.00.64)

Matrícula: ###030#0

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: **4**, ano: **2026**, tipo:  
**MINUTA DE CONTRATO**, data de emissão: **04/03/2026** e o código de verificação: **aa4502c0fe**



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**ANEXO III**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026**

**1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:**

Razão social e CNPJ:

Telefone:

Pessoa para contato:

**2. ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS OFERTADOS E PREÇOS**

Item	Descrição	Marca	Modelo	Qtde.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

**3. EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

O prazo do início da execução dos serviços será de 05 (**cinco**) dias após a assinatura do contrato.

**4. VALIDADE DA PROPOSTA**

Não inferior a **60 (sessenta)** dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

**5. COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS**

Nos preços propostos acima estão incluídas todas as despesas, frete, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Pregão.

Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

**(Local e data)**

Ass.: \_\_\_\_\_





**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026**

**PROPONENTE:**

**ENDEREÇO:**

**CNPJ:**

**FONE/FAX:**

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **Pregão Eletrônico nº 90001/2026**, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 5º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG (e suas demais atualizações).

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa se enquadre nesta condição (Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021 e Instrução Normativa nº 12, de 20 de agosto de 2021).

**Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.**

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**Nome:** \_\_\_\_\_

**RG/CPF:** \_\_\_\_\_



**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**  
**Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros**  
**Departamento de Gestão de Contratos e Convênios**  
**Coordenação de Contratos e Gestão de Espaço Físico**

**ANEXO V**  
**DECLARAÇÃO DE NÃO VÍNCULO COM A UFRRJ**

Declaro para fins de participação no **Pregão Eletrônico nº-90001/2026** da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em atendimento ao edital, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, instalada no endereço: \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, não possui e nunca possuiu vínculo contratual com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), estando, portanto, dispensada de apresentar DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA COM A UFRRJ.

Assumo inteiramente a responsabilidade perante o Art.299, do Código Penal, que versa sobre declarações falsas, documentos forjados ou adulterados, constituindo em crime, além disso, declaro que estou ciente de que a inveracidade das informações prestadas poderão ensejar a inabilitação do certame licitatório.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

Assinatura do responsável

Processo Administrativo nº: 23083.025912/2025-83.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final adequada de resíduos de serviços de saúde (RSS), gerados pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

### **TERMO DE VISTORIA**

DECLARO para fins de participação no Pregão nº 90001-2026, que a Empresa  
CNPJ/MF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_  
(telefone) \_\_\_\_\_, OPTOU por comparecer ao local, no dia e horário  
abaixo discriminado, por intermédio do senhor \_\_\_\_\_,  
portador(a) do RG ou CPF nº \_\_\_\_\_ efetuou, dentro do  
prazo, vistoria nos locais onde serão prestados os serviços objeto do pregão eletrônico,  
nas dependências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Campus de  
\_\_\_\_\_, tendo se inteirado das condições gerais, bem como lhe  
foram esclarecidas todas as dúvidas sobre a execução dos serviços objeto desta licitação.

### **DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA**

DECLARAMOS concordância com os termos da declaração acima, dando-nos por  
satisfeitos com as informações obtidas e plenamente capacitados a elaborar nossa  
proposta para a licitação.

UFRRJ, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2026.

Processo Administrativo nº: 23083.025912/2025-83.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final adequada de resíduos de serviços de saúde (RSS), gerados pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

### **TERMO DE DISPENSA DE VISTORIA**

Atestamos para fins de habilitação no Pregão Eletrônico nº 90001-2026 , que \_\_\_\_\_, representando a empresa \_\_\_\_\_, optou por não realizar vistoria nos locais e instalações referentes ao Objeto do Edital de Pregão e declara, sob qualquer hipótese, estar ciente que não poderá alegar desconhecimento das condições dos equipamentos e locais de execução dos serviços como justificativa para deixar de cumprir com os termos do Edital de Licitação e respectivo Termo de Referência , bem como, do Contrato advindo do certame licitatório.

UFRRJ, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2026.



*EDITAL N° 208/2026 - CCPL (12.28.01.00.74)*

*(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)*

*(Assinado digitalmente em 01/06/2026 11:59 )*  
**GEORGIA RODRIGUES FERREIRA DA SILVA**  
COORDENADOR - SUBSTITUTO  
CCPL (12.28.01.00.74)  
Matrícula: ###706#3

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: **208**, ano: **2026**, tipo:  
**EDITAL**, data de emissão: **01/06/2026** e o código de verificação: **ff82d470d2**